

ATA Nº7/2019

ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OURÉM, EM SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA DEZASSETE DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZANOVE.

----- Aos dezassete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas, reuniu, em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal de Ourém, no edifício dos Paços do Concelho, convocada nos termos da alínea b), do n.º 1, artigo 30º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com a seguinte: -----

----- ORDEM DE TRABALHOS: -----

----- **01** – Apreciação e votação da ata nº 06/2019 referente à sessão ordinária de 2019.11.25 -----

----- **02** – Leitura resumida do expediente -----

----- **03 - ORDEM DO DIA** – (grelha Anexo B-1)-----

----- **03.01** – Apreciação e votação da proposta camarária – pedido de mobiliário – União de Freguesias de Gondemaria e Olival. -----

----- **03.02** – Apreciação e votação da proposta camarária – arranjos exteriores da casa mortuária de Olival – proposta de protocolo – União das Freguesias de Gondemaria e Olival. ---

----- **03.03** – Apreciação e votação da proposta camarária – projeto de construção da casa mortuária de Pinheiro/Cabiçalva – proposta de protocolo – Freguesia de Nossa Senhora da Piedade. -----

----- **03.04** – Apreciação e votação da proposta camarária – P121/2019 – implementação do sistema de GPS em viaturas do Município. -----

----- **03.05** – Apreciação e votação da proposta camarária – Festival “No Reino da Filhós” – proposta de atribuição de apoio financeiro. -----

----- **03.06** – Apreciação e votação da proposta camarária – Jardim Infantil de Ourém – pedido de cedência das piscinas municipais de Ourém. -----

----- **03.07** – Apreciação e votação da proposta camarária – projeto de requalificação da antiga escola de Lombo D’Égua (Fátima). -----

----- **03.08** – Apreciação e votação da proposta camarária – Fátiparques – Parque de Negócios de Ourém/Fátima, S.A. – dissolução e liquidação – revogação deliberação da AMO tomada em sessão de 24 junho 2019. -----

----- **03.09** – Apreciação e votação da proposta camarária – Associação de Municípios para a Gestão do Centro Intermunicipal de Recolha de Animais Errantes – CIRAE – estudo de viabilidade económico-financeiro. -----

----- **03.10** – Apreciação e votação da proposta camarária – Rede Cultura 2027 – constituição de entidade de natureza cultural. -----

----- **03.11** – Apreciação e votação da proposta camarária – Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo, E.I.M, S.A. contratos de cessão de posição contratual. -----

----- **03.12** – Debate sobre o estado do Concelho – artigo 10.º do Regimento da AMO. -----

----- **03.13** – Período de intervenção aberto ao público. -----

----- Verificou-se a presença dos MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, senhores:-----

----- João Manuel Moura Rodrigues – Presidente AMO -----

----- Ana Margarida Henriques Neves Vieira – 1.ª Secretária -----

----- Valdemar Pinheiro de Oliveira – 2.º Secretário -----

----- José Manuel Pereira Alho -----

----- António Ribeiro Gameiro -----

----- Helena Santos Pereira -----

----- Alexandre Manuel Gaspar Faria -----

----- Manuel Dias das Neves -----

----- Nuno Manuel Pinto Dias -----

----- Catarina Borges Faria -----

----- Nuno Miguel Gonçalves Baptista Pereira -----

----- Estela José Nunes Silva -----

----- Filipe Remi Callebaut Mendes -----

----- Cláudia Maria Pereira Campos -----

----- Alberto José Pires Caveiro -----

----- Paula Cristina de Oliveira Martins -----
----- Avelino da Conceição Subtil -----
----- Nuno Miguel Neves dos Prazeres -----
----- Paulo Alexandre Cancelinha de Sá -----
----- Vanessa Cristiana Gomes Ferreira -----
----- Na impossibilidade de comparecer e conforme preceitua o artigo 78.º, da Lei n.º
169/99, de 18 de setembro (versão atualizada), fez-se substituir o membro da Assembleia
Municipal, senhor: -----
----- Martim José Rosado Borges de Freitas, eleito na lista CDS-PP – Partido Popular, foi
substituído pelo senhor **Albino Coelho Pereira** -----
----- Verificou-se a presença dos PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA, senhores: -
----- Freguesia de Alburitel – Engrácia Maria Vieira Marques Carriço -----
----- Freguesia de Atouguia – António Henriques Pereira -----
----- Freguesia de Caxarias – Filipe de Frias Antunes da Graça -----
----- Freguesia de Espite – Dulce Raquel Lourenço Mateus -----
----- Freguesia de Fátima – Humberto António Figueira da Silva -----
----- Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias – Luís Pereira de Oliveira -----
----- Freguesia de Nossa Senhora da Piedade – Tesoureiro, Susana Margarida Santos
Costa Pereira -----
----- Freguesia de Seiça – Tesoureiro, Leonor de Jesus Oliveira Rodrigues -----
----- União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais – Abílio Gameiro
Rodrigues -----
----- União das Freguesias de Gondemaria e Olival – Fernando de Oliveira Ferreira -----
----- União das Freguesias de Matas e Cercal – Virgílio Antunes Dias -----
----- União das Freguesias Rio de Couros e Casal dos Bernardos – Jorge Manuel Dias
Lopes -----
----- Freguesia de Urqueira – Orlando Sérgio Palmeiro Calado Cavaco -----
----- Em cumprimento do n.º 1 e n.º 3 do artigo n.º 48º, da Lei n.º 169/99, de 18 de
setembro (versão atualizada) compareceu o executivo camarário, conforme se especifica:-----

----- Senhor Presidente da Câmara Municipal: -----

----- Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque -----

----- Senhores Vereadores em regime de permanência: -----

----- Natálio de Oliveira Reis -----

----- Maria Isabel Tavares Cardoso Justa de Sousa Costa -----

----- Rui Manuel Simões Vital -----

----- Compareceram os Vereadores em regime de não permanência, senhores: -----

----- Cília Maria de Jesus Seixo -----

----- José Augusto Dias dos Reis -----

----- Não compareceu o Vereador em regime de não permanência, senhor: -----

----- João Miguel Caldeira Heitor -----

----- Deu início aos trabalhos desta sessão extraordinária da Assembleia Municipal, o senhor Presidente da AMO que, após a verificação da existência de quórum, declarou aberta a sessão, pelas vinte e uma horas e dez minutos. -----

----- Antes de passar ao ponto um da ordem de trabalhos o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL deu a palavra à PRIMEIRA SECRETÁRIA DA MESA DA AMO para expor o seguinte: -----

----- ADITAMNETO À ORDEM DE TRABALHOS -----

----- Neste âmbito, a PRIMEIRA SECRETÁRIA DA AMO referiu que deu entrada nos serviços da Assembleia Municipal, com carácter de urgente, uma deliberação tomada em reunião camarária de 16 dezembro 2019 sobre “**Integração do Troço da Estrada Nacional 356, entre o km 30,162 e o km 31,712, na rede viária do Município – minuta de acordo de mutação dominial**”, solicitando a apreciação e votação da matéria nesta sessão extraordinária. -----

Conforme disse, dado tratar-se de uma sessão extraordinária, legalmente não é viável o aditamento de matérias, pelo que, foi entendimento da mesa, colocar esta questão à consideração do plenário. -----

----- Face ao exposto, questionados os representantes de grupos municipais com assento neste órgão deliberativo, registaram-se as seguintes intervenções: -----

= **ORLANDO SÉRGIO PALMEIRO CALADO CAVACO**, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Social Democrata informou de que o grupo municipal que lidera não se opõe ao aditamento à ordem de trabalhos, dado tratar-se de uma matéria com carácter relevante. -----

= **JOSÉ MANUEL PEREIRA ALHO**, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Socialista referiu que a bancada que lidera considera que a matéria não deve ser aditada, uma vez que a lei não o permite, dado tratar-se de uma sessão extraordinária. -----

= **PAULO ALEXANDRE CANCELINHA DE SÁ**, em nome do grupo municipal do CDS-PP, referiu que o grupo municipal que integra nada opõe ao aditamento da matéria. -----

= **HELENA SANTOS PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal do MOVE, referiu que os membros do grupo municipal que lidera discordam com o aditamento desta matéria, uma vez que os termos legais devem ser cumpridos. -----

----- **FACE AO EXPOSTO, A ASSEMBLEIA MUNICIPAL ENTENDEU, POR MAIORIA, NÃO ADITAR ESTA MATÉRIA À ORDEM DE TRABALHOS.** -----

----- **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

----- **01 - Período de ANTES DA ORDEM DO DIA – (grelha Anexo A)**-----

01.01 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA Nº06/2019 REFERENTE À SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 2019.11.25 -----

-----O senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL submeteu à apreciação do plenário a ata referida em epígrafe, cujo texto foi, previamente, distribuído a todos os membros constituintes do plenário. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhor: -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA** sugeriu a correção à resposta dada pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, final página 39, início página 40, onde se lê “(...)

referiu que o saldo de gerência é poupança e também as receitas superiores àquelas que estavam orçamentadas, nomeadamente, os valores da arrecadação da receita em termos de IMI, derrama, IMT que estão sujeitas aos valores dos anos anteriores.”, deveria constar o que o senhor Presidente da Câmara Municipal tinha dito anteriormente, ou seja, cita-se “Gostava que ficasse em ata que o senhor Presidente da Câmara reconheceu que o saldo de gerência é a não efetivação das obras orçamentadas.” -----

----- Face ao exposto e ouvida a gravação da sessão neste ponto, transcreve-se o discurso do senhor Presidente da Câmara Municipal: “(...) *O saldo de gerência é também poupança e é também receitas superiores àquelas que estavam orçamentadas, nomeadamente, e o chefe de Divisão referiu aqui bem isso, que nós estamos limitados a colocar no orçamento os valores de arrecadação de receita em termos de IMI, de Derrama, em termos de IMT, porque temos de estar sujeitos aos valores de anos anteriores. Nós temos vindo sucessivamente a verificar que esses valores, nomeadamente, IMT que tem a ver com a dinâmica empresarial, é sempre muito superior àquilo que está orçamentado. E esses valores como não estão no orçamento passam para saldo de gerência (...)*” -----

----- **SUBMETIDA A APRECIÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A ATA APROVADA, POR UNANIMIDADE, COM O VOTO DOS MEMBROS PRESENTES NA REFERIDA SESSÃO. -----**

01.02 - LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE.-----

----- O senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL informou o seguinte: -----

----- Oferta a todos os membros constituintes do plenário de um exemplar do livro “O Segredo da Felicidade – reflexões sobre a vida” no âmbito de uma ação de beneficência em São Tomé e Príncipe, na qual participou um membro da Assembleia Municipal. -----

----- Foi dado a conhecer o relatório técnico sobre o funcionamento da ETAR de Seiça dia 16.12.2019 e início do dia 17.02.2019, esclarecendo assim as denúncias de poluição no rio Nabão supostamente causadas por esta ETAR, o qual se passa a transcrever: “*Funcionamento da ETAR de Seiça, dia 16/12/2019:* -----

No dia 16 de dezembro Portugal continental esteve sob alerta amarelo, devido a alterações das condições climáticas, causadas pela tempestade “Daniel”, de facto nesse dia verificámos muita pluviosidade. E como é habito nesta situação, a equipa da ETAR esteve mais atenta a possíveis ocorrências ou falhas na ETAR de Seiça, estando todo o dia, das 9:00h às 16:30 h na ETAR de Seiça e não houve registo de nenhuma anomalia, a única alteração verificada face às condições normais, foi o aumento de caudal afluente à ETAR, que em 24H foi de 7187 m³, quase quatro vezes mais que a capacidade instalada na ETAR de 1965 m³. -----

Imagem do medidor de caudal tirada hoje, 17/12/2019 às 9:00h A.M. -----



O elevado caudal afluente poderia ter provocado sobrecarga hidráulica no sistema originando arraste de sólidos pelo decantador secundário, tal nunca se verificou ao longo do dia. -----

Nesse mesmo dia e como medida preventiva, desloquei-me à ETAR de Seiça às 20:00h, verifiquei que a água de saída estava normal e que a entrada da ETAR estava também normal, com diminuição do volume de caudal afluente. -----

Hoje dia 17/12/2019, às 9:00H a equipa vistoriou a ETAR de Seiça e a Ribeira de Seiça e também verificou a normalidade do dia anterior, abaixo encontra-se o registo fotográfico da vistoria: -----

Imagem 2: água de saída da ETAR de Seiça dia 17/12/2019: -----



Imagem 3: água descarregada pelo decantador final: -----



Imagem 4: Descarga da água tratada na ETAR de Seiça para a ribeira de Seiça: -----



Após acompanhamento à ETAR de Seiça no dia 16/12/2019 e vistoria no dia 17/12/2019, conclui-se que aparentemente não houve nenhuma descarga anormal, nem se encontram

vestígios que tal pudesse ter ocorrido, porque em caso de arraste de sólidos do decantador final, o meio recetor apresentaria sedimentos (Cor quase preta) desses mesmos sólidos nas margens e é visível na imagem abaixo a cor branca das pedras do leito da ribeira e a margem limpa na saída da ETAR (descarga para o meio recetor): -----



Apesar da ETAR de Seiça não ter indicador de nível na descarga de tempestade, também não encontramos vestígios de resíduos na ribeira, resíduos esses potenciais indicadores de descarga de água residual não tratada.” -----

Face ao exposto, a Assembleia Municipal tomou conhecimento do teor do parecer técnico, tendo sido entendimento dar conhecimento do mesmo à Assembleia Municipal de Tomar. -----

----- **A ASSEMBLEIA MUNICIPAL FICOU INTEIRADA.** -----

----- **02 - ORDEM DO DIA** – (grelha Anexo B-1)-----

03.01 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – PEDIDO DE MOBILIÁRIO – UNIÃO DE FREGUESIAS DE GONDEMARIA E OLIVAL. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 48123**, datado de **2019.10.16**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2019.10.07, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorização para apoiar a União das Freguesias de Gondemaria e Olival, através de doação do mobiliário solicitado. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Na reunião de 16 de setembro findo, a Câmara deliberou doar à **União das Freguesias de Gondemaria e Olival**, com sede na Rua da Fonte, n.º 13, em Olival, deste Concelho, as mesas e cadeiras solicitadas através da carta

registada sob o n.º 27.426/2019, para o apetrechamento de salas, com vista à realização de formações, palestras, sessões de esclarecimentos, etc. -----

Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo, instruído com uma informação, datada de 24 também do mês findo, do **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** a esclarecer que o pedido carece de autorização da Assembleia Municipal, por se tratar de uma doação a uma união de freguesias.” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

03.02 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ARRANJOS EXTERIORES DA CASA MORTUÁRIA DE OLIVAL – PROPOSTA DE PROTOCOLO – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE GONDEMARIA E OLIVAL. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 51041**, datado de **2019.10.29**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2019.10.21, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorização para apoiar financeiramente a União das Freguesias de Gondemaria e Olival, até ao montante de 72.130,35 euros, para fazer face aos encargos decorrentes da execução do projeto de “Arranjos Exteriores da Casa Mortuária de Olival”, mediante a celebração de protocolo. -----

----- Foi ainda remetido um exemplar do “Protocolo de Colaboração entre o Município de Ourém e A União de Freguesias de Gondemaria e Olival – Arranjos Exteriores da Casa Mortuária de Olival”, do qual foi dado conhecimento a todos os membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “= PEDIDO DE APOIO = -----

Foi apreciada a carta registada sob o n.º 38.411/2018, da União das Freguesias de Gondemaria e Olival, com sede na Rua da Fonte, n.º 13, em Olival, daquela união de freguesias, deste Concelho, a solicitar colaboração desta Câmara no apoio financeiro e técnico para execução do projeto de “Arranjos exteriores da Casa Mortuária de Olival” -----

O processo encontra-se instruído com, para além de outros documentos, a informação n.º 76/19, datada de 14 de setembro findo, do **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, a anexar proposta de texto de protocolo a celebrar com a **União das Freguesias de Gondemaria e Olival**, que visa apoiar financeiramente, até ao montante de 72.130,35€, os encargos decorrentes do investimento em causa, válido até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa ao citado apoio.” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS.** -----

----- De imediato, o membro da Assembleia Municipal, senhor FERNANDO DE OLIVEIRA FERREIRA, na qualidade de Presidente da União de Freguesias de Gondemaria e Olival, apresentou a seguinte declaração de voto: “Boa tarde a todos -----

Gostaria de me congratular com a aprovação do protocolo para a construção dos arranjos exteriores da casa mortuária do Olival. É uma ambição há algum tempo. -----

Gostaria de lembrar que seria bom que, com alguma celeridade, fosse aprovada a requalificação do cemitério de Gondemaria. -----

Gostaria ainda de agradecer a cedência do mobiliário que se destina ao equipamento de uma sala de formação, bem como a sua aprovação. -----

Obrigado” -----

----- Solicitando a palavra, o senhor PRESIDENTE DE CÂMARA MUNICIPAL referiu que o protocolo de requalificação do cemitério de Gondemaria só é possível após a aprovação do Plano Diretor Municipal. -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

03.03 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – PROJETO DE CONSTRUÇÃO DA CASA MORTUÁRIA DE PINHEIRO/CABIÇALVA – PROPOSTA DE PROTOCOLO – FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 53163**, datado de **2019.11.07**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2019.11.04, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorização para apoiar financeiramente a Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, até ao montante de 75.340,50 euros, para fazer face aos encargos decorrentes da execução do projeto de “Construção da Casa Mortuária de Pinheiro/Cabiçalva”, mediante a celebração de protocolo. -----

----- Foi ainda remetido um exemplar do “Protocolo de Colaboração entre o Município de Ourém e Freguesia de Nossa Senhora da Piedade (Ourém) – “Construção da Casa Mortuária de Pinheiro/Cabiçalva”, tendo o mesmo sido dado a conhecer a todos os membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “= PROPOSTA DE PROTOCOLO = ----- Foi apreciada a carta registada sob o n.º 23.044/2018, da **Freguesia de Nossa Senhora da Piedade**, com sede na Rua Dr. Agostinho Barroso Gonçalves, n.º 9, 1.º andar, nesta Cidade, a solicitar colaboração desta Câmara no apoio técnico e financeiro para execução do projeto de “Construção da Casa Mortuária de Pinheiro/Cabiçalva”. -----

O processo encontra-se instruído com, para além de outros documentos, a informação n.º 77/19, datada de 15 de outubro findo, do **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, a anexar proposta de texto de protocolo a celebrar com a **Freguesia de Nossa Senhora Piedade**, que visa apoiar financeiramente, até ao montante de 75.340,50€, os encargos decorrentes do referido investimento, válido até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa ao citado apoio.” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS. -----

----- De seguida, o membro da Assembleia Municipal, senhora SUSANA MARGARIDA SANTOS COSTA PEREIRA, na qualidade de Tesoureira da Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, apresentou a seguinte declaração de voto: “Cumprimento a mesa -----
Cumprimento o senhor Presidente da Câmara Municipal e senhores vereadores -----
Cumprimento todos os presentes na sala -----

Na sequência do que já foi dito, trata-se de u, projeto que já vem do mandato anterior que foi agora recuperado. Foram feitas algumas reuniões e conseguiu-se que o protocolo e que, finalmente, a obra pudesse avançar, o que deixa os fregueses muito satisfeitos, nomeadamente, Pinheiro e Cabiçalva porque era uma ambição já antiga. -----
Muito obrigada” -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

03.04 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – P121/2019 – IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GPS EM VIATURAS DO MUNICÍPIO. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 53162**, datado de **2019.11.07**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2019.11.04, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), autorização para repartir, pelos anos económicos de 2019 a 2022, os encargos decorrentes do procedimento supra mencionado, do seguinte modo:

----- Ano 2019 – 1.045,50 euros -----

----- Ano 2020 – 5.682,60 euros -----

----- Ano 2021 – 5.682,60 euros -----

----- Ano 2022 – 4.735,50 euros -----

----- Foi ainda remetida documentação inerente ao processo, tendo a mesma sido dada a conhecer a todos os membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “No seguimento do processo registado sob o n.º 37.967/2019, do Gabinete de Apoio à Presidência, foram apresentados o Convite e o Caderno de Encargos, para efeitos do designado em epígrafe, instruídos com uma informação, datada de 16 de outubro findo, do **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, a propor a escolha do procedimento de ajuste direto, pelo prazo de 30 dias, nos termos da alínea d), do n.º 1, do artigo 20.º, do Código dos Contratos Públicos, atendendo ao valor do preço base de 13.940,00€ e a dar conta, nos termos do n.º 3, do artigo 47.º, daquele diploma, de que a fixação do preço teve como fundamento as consultas preliminares ao mercado, efetuadas por aquele gabinete. -----

Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** exarou no processo uma informação, datada de 17 também do mês findo, a dar conta de que concorda com o procedimento e com as peças propostas, salientando a existência de adequado enquadramento orçamental, nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro.” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

03.05 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – FESTIVAL “NO REINO DA FILHÓS” – PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 58099**, datado de **2019.11.28**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2019.11.18, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorização para atribuição de apoio financeiro, no montante de 240,00€, às freguesias cujas associações participem no referido evento. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “No âmbito do festival designado em epígrafe, inserido no Programa “Ourém também é Natal 2019”, o **Senhor Vereador Rui Manuel Simões Vital**, através da sua informação registada sob o n.º 54.217/2019, propôs a atribuição de um apoio financeiro, do montante de 240,00€, às freguesias cujas associações participarão no referido evento. -----

Do processo faz também parte o registo de cabimentação da despesa, efetuado pelo **Setor de Contabilidade**, no dia 13 de novembro de 2019.” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhor: -----

= **JOSÉ MANUEL PEREIRA ALHO** expôs o seguinte: “Julgo estarmos a falar de uma tenda que está instalada na Praça Mouzinho de Albuquerque. E, gostava de assinalar aqui a questão das medidas de autoproteção e de todo o sistema de emergência. -----

Não tendo um conhecimento detalhado da forma como está instalada, parece-me que peca um pouco pela escassez na eventualidade de haver ali qualquer problema. Vai haver manipulação de fogo e parece-me que as escapatórias deixam muito a desejar. -----

É apenas uma opinião, questionando, recomendado e que fique registado para memória futura que foi feito aqui este alerta.” -----

----- Solicitando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL agradecendo o contributo e a preocupação porque, conforme disse, as medidas de segurança são muito importantes e deve ser uma preocupação de todos, informou de que foi elaborado um plano de segurança pela proteção civil, o qual foi aprovado, pelo que entende que esta situação está salvaguardada. -----

----- **NÃO SE REGISTANDO QUALQUER OUTRA INTERVENÇÃO, DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

03.06 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – JARDIM INFANTIL DE OURÉM – PEDIDO DE CEDÊNCIA DAS PISCINAS MUNICIPAIS DE OURÉM. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 58459**, datado de **2019.11.29**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2019.11.18, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 16.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, autorização para isentar o Jardim Infantil de Ourém, com sede na rua Eng.º Adelino Amaro da Costa, cidade de Ourém, do pagamento das taxas inerentes à utilização das piscinas municipais de Ourém, durante o 3.º período do ano letivo 2019/2020, para cerca de 31 crianças, no âmbito das atividades daquela entidade. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Através da carta registada sob o n.º 48.943/2019, o **Jardim Infantil de Ourém**, sediado na rua Eng.º Adelino Amaro da Costa, n.º 26, nesta cidade, solicitou a cedência das Piscinas Municipais de Ourém, durante o 3.º período do ano letivo 2019/2020, para cerca de 31 crianças. -----

A **Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos**, ouvida sobre o pedido, prestou uma informação, datada de 23 de outubro findo, a dar conta de que, caso este seja deferido, o custo a suportar pela utilização das pistas, é de 40,00€/semana.” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

03.07 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO DA ANTIGA ESCOLA DE LOMBO D’ÉGUA (FÁTIMA). -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 58461**, datado de **2019.11.29**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2019.11.18, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorização para apoiar financeiramente, até ao

montante de 13.530,00 euros, a Freguesia de Fátima, nos encargos decorrentes da elaboração do projeto de requalificação das instalações da antiga escola do 1.º ciclo do ensino básico, sita em Lombo d'Égua, da citada freguesia, mediante a celebração de protocolo. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “O **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, através da sua informação registada sob o n.º 25.545-A/2019, remeteu para aprovação, proposta de texto de protocolo a celebrar com a **Freguesia de Fátima**, sediada na Avenida Irmã Lúcia de Jesus, n.º 181, daquela freguesia, deste concelho, com o objetivo de apoiar financeiramente, até ao montante de 13.530,00€, os encargos decorrentes da elaboração de projeto de requalificação das instalações da antiga escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico, sita em Lombo d'Égua, da dita freguesia, para funcionamento de uma biblioteca e sala de exposições culturais, válido até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa àquele apoio, com incidência nos meses de janeiro e março de 2020.” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS.** -----

----- De imediato, o membro da Assembleia Municipal, senhor HUMBERTO ANTÓNIO FIGUEIRA DA SILVA, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Fátima, apresentou a seguinte declaração de voto: “Cumprimento todos os presentes ----- Fico satisfeito com esta aprovação por unanimidade. É o primeiro passo para se concretizar o tão falado “Espaço Cultural Fátima” ----- Muito obrigado a todos” -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

03.08 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – FÁTIPARQUES – PARQUE DE NEGÓCIOS DE OURÉM/FÁTIMA, S.A. – DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO – REVOGAÇÃO DELIBERAÇÃO DA AMO TOMADA EM SESSÃO DE 24 JUNHO 2019. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 58460**, datado de **2019.11.29**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2019.11.18, dando

conhecimento a este órgão deliberativo de que foi revogada a deliberação tomada na reunião camarária de 20 de maio de 2019. -----

----- Face ao exposto, foi proposto a revogação da deliberação deste órgão deliberativo tomada na sessão ordinária de 24 de junho 2019. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Na reunião de 20 de maio de 2019, em deliberação com título idêntico à presente, a Câmara deliberou aprovar a proposta de aquisição, aos restantes acionistas, da totalidade das participações sociais, nos moldes então sugeridos e a proposta de dissolução e liquidação da empresa supra mencionada, após a aquisição da totalidade daquelas participações, submetendo o processo a apreciação da Assembleia Municipal. -----

Mais deliberou comunicar à Direção-Geral das Autarquias Locais, à Inspeção-Geral de Finanças e ao Tribunal de Contas, a deliberação que viesse a ser tomada por aquele órgão deliberativo. -----

Nesta reunião foi apreciada a carta registada sob o n.º 53.905/2019, da firma **Fátiparques – Parque de Negócios Ourém/Fátima, S.A.**, com sede no Centro Municipal de Exposições, na Rua Melvin Jones, Piso 2 – Sala 2, nesta Cidade, a informar de que, atendendo à morosidade de resposta por parte do Tribunal de Contas, fica sem efeito a alienação das ações em causa e de que irá colocar à venda os terrenos detidos pela firma. -----

Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** prestou a sua informação n.º 83/19, de 12 do mês em curso, que na presente reunião foi apreciada e que a seguir se transcreve: “Em 24 de junho de 2019, a assembleia municipal, deliberou a aquisição de partes de capital da entidade em assunto, pelo Município de Ourém, tendo como premissa garantir 100% do capital da entidade e determinou em complemento, a sua sequente dissolução e liquidação. -----

O processo para concretização desta deliberação está a revelar-se manifestamente moroso, circunstância que estará a originar a alteração da posição da aceitação da alienação, por parte de alguns dos acionistas. -----

Consequentemente, conforme expõe o Sr. Presidente da Assembleia Geral, verifica-se que em plenário ocorrido no passado dia 7 de novembro, no qual esteve representado 70,15% do

capital social da entidade, foi deliberado que ficaria sem efeito o processo de alienação das ações em curso. Adicionalmente, foi determinado o início de um processo de alienação dos terrenos detidos pela sociedade. -----

Face ao exposto, propõe-se a revogação da deliberação da assembleia municipal de 24 de junho de 2019, com conhecimento ao Tribunal de Contas, ou seja, ficando sem efeito o processo submetido a fiscalização prévia iniciado pelo Município de Ourém, no âmbito da aquisição de partes de capital da sociedade Fatiparques S.A. -----

À consideração superior,”. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, em nome do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Senhor Presidente, tenho algumas questões e alguns lamirés sobre esta questão. -----

Acho que teria sentido que nos tivessem feito chegar a resposta do Tribunal de Contas, faria sentido para a nossa votação, analisar exatamente o que se passou. -----

Ficamos satisfeitos pelo facto desta questão vir aqui a votação, aparentemente o departamento jurídico do município mudou de opinião, uma vez que na última reunião não era necessário vir a votação e agora já é. Ainda bem. -----

Por consulta ao site do Ministério da Justiça, no dia de hoje, ainda não foram mudados os administradores, continuando os mesmos. -----

Agora, algumas questões sobre este assunto. -----

Pretendia saber quem foram os administradores nomeados pelo município. -----

Quando é que foram nomeados. -----

Quem deliberou essa nomeação. -----

Será legal essa nomeação. -----

Qual foi o voto do município na deliberação da empresa que já não aceitava a venda das ações e queria colocar os bens da empresa à venda.” -----

= **FILIFE REMI CALLEBAUT MENDES**, em nome do grupo municipal do MOVE, expôs o seguinte: “Sobre esta questão, o facto de trazer isto agora à Assembleia Municipal só peca por tardio e quase que passa a impressão que vem aqui por obrigação. -----

Tenho pena que as coisas sejam geridas desta maneira. Tenho imensa que pena que um assunto destes tenha tomado uns contornos um “bocado” estranhos e só tenho a lamentar. ----

Só tenho a lamentara que a Câmara Municipal tenha este tipo de comportamentos.” -----

----- Solicitando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL referiu que é intenção da Câmara Municipal resolver esta questão que se arrasta há cerca de nove anos. ----

Mais disse, não existe o representante da Câmara Municipal, houve sim a indicação de uma pessoa que representa o município junto da Fatiparques, o Vice-Presidente Natálio Reis, o qual foi também indicado para todas as entidades nas quais a Câmara Municipal participa. -----

----- **NÃO SE REGISTRANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA DE REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DA AMO TOMADA EM SESSÃO DE 24 JUNHO 2019, A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

03.09 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA A GESTÃO DO CENTRO INTERMUNICIPAL DE RECOLHA DE ANIMAIS ERRANTES – CIRAE – ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÓMICO-FINANCEIRO. ---

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 60100**, datado de **2019.12.07**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2019.12.02, dando conhecimento do teor da matéria em epígrafe. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “= ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÓMICO-FINANCEIRO = -----

Foi apresentada a carta registada sob o n.º 49.024/2019, do **Município de Proença-a-Nova**, com sede na Avenida do Colégio, da Freguesia e Concelho de Proença-a-Nova, a remeter para

aprovação, de conformidade com o disposto nos números 1 e 2, do artigo 32.º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, o estudo de viabilidade económico-financeiro e racionalidade económica de suporte à participação de cada Município na Associação de Municípios para a gestão daquele centro intermunicipal. -----

Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, prestou a sua informação n.º 86/19, de 20 de novembro findo, que a seguir se transcreve: “No âmbito da associação em referência, particularmente do estudo de viabilidade económico-financeira, constata-se que cada Município participante terá uma comparticipação no investimento inicial, em 20.833,33 euros, sendo de igual valor para todos os associados, tendo como objetivo a requalificação e ampliação do edifício que o Município de Proença-a-Nova irá ceder a esta associação. -----

Importa referir que, no horizonte da demonstração de resultados previsional disposta, de 2020 a 2024, o resultado do exercício prevê-se negativo, circunstância que induz a necessidade de os associados efetuarem transferências complementares para o reequilíbrio da entidade e que poderá suscitar algumas dúvidas à entidade de controlo (Tribunal de Contas), no decurso do processo de fiscalização prévia, quanto à viabilidade da entidade em análise. -----

Note-se ainda que os subsídios à exploração representam no horizonte apresentado, um valor superior a 90% dos rendimentos totais, ou seja, indiciando que a entidade não terá será avaliada como mercantil, para efeitos de classificação do INE, pelo que irá ser incluída no setor público administrativo, conforme determina o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, sendo as suas contas relevantes para efeitos de apuramento dos agregados das contas públicas, e estando sujeita à aplicação da generalidade dos constrangimentos financeiros aplicáveis às entidades públicas, designadamente a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso. -----

À consideração superior,”. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

03.10 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – REDE CULTURA 2027
– CONSTITUIÇÃO DE ENTIDADE DE NATUREZA CULTURAL. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 60099**, datado de **2019.12.07**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2019.12.02, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, e alínea n), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como o previsto no n.º 1, do artigo 53.º, ex vi o disposto no n.º 3, do artigo 56.º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, a apreciação da matéria em epígrafe. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a carta registada sob o n.º 48.811/2019, do **Conselho Geral da Rede Cultura 2027**, a propor a constituição de uma REGIE COOPERATIVA e a remeter para o efeito os seguintes documentos: -----

- 1- Documento modelo Comissão de Honra; -----
- 2- 2 Proposta de Estatutos da REGIE COOPERATIVA; -----
- 3 - Proposta de Financiamento como acordado; -----
- 4 - Minuta com Proposta de Deliberação de cada um dos Executivos Municipais; -----
- 5 - Apresentação feita pelos consultores jurídicos; -----

O **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, ouvido sobre o assunto, prestou a sua informação n.º 88/19, datada de 27 de novembro findo, a dar conta da existência de adequado enquadramento orçamental, nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

Mais informa que a criação desta cooperativa é da competência do órgão deliberativo. -----

----- CONSIDERANDO QUE: -----

A) UM DOS ASPETOS SALIENTES DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, QUE ESTABELECE O REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, REFLETE-SE NAS

IMPORTANTES ATRIBUIÇÕES MUNICIPAIS NO DOMÍNIO CULTURAL, NOMEADAMENTE AS QUE SE RETIRAM DO ARTIGO 23.º, NO N.º 2, ALÍNEA E), DA REFERIDA LEI; -----

B) É HOJE INQUESTIONÁVEL A IMPORTÂNCIA DAS ATIVIDADES DE ÍNDOLE CULTURAL, QUER PARA O CRESCIMENTO ECONÓMICO, QUER PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO DA SOCIEDADE, NÃO SENDO MENOS VERDADE QUE O SUCESSO DAS INICIATIVAS A LEVAR A EFEITO PELAS ORGANIZAÇÕES DE NATUREZA PÚBLICA OU PRIVADA, DEVE SER POTENCIADO ATRAVÉS DA CRIAÇÃO DE ALIANÇAS ESTRATÉGICAS DE COOPERAÇÃO; -----

C) NO PROSSEGUIMENTO DE TAIS ATRIBUIÇÕES, EXIGE-SE DOS MUNICÍPIOS UM ESFORÇO ACENTUADO, QUER AO NÍVEL DA GESTÃO, QUER AO NÍVEL ORGANIZACIONAL, SUSCETÍVEL DE PROPORCIONAR GANHOS DE ECONOMIA, EFICIÊNCIA E EFICÁCIA; -----

D) COM TAL OBJETIVO, OS REPRESENTANTES DOS MUNICÍPIOS CONSTANTES DO MANIFESTO PRETENDEM CONTINUAR A AFIRMAR O SEU TERRITÓRIO COMO UM POLO DE DINAMIZAÇÃO DA OFERTA DE SERVIÇOS PÚBLICOS – PRINCIPALMENTE NO QUE TOCA AO DESENVOLVIMENTO CULTURAL – E NESTE ÂMBITO, PRETENDEM DESENVOLVER A SUA AÇÃO PARA O BEM-ESTAR DAS POPULAÇÕES QUE SERVEM, OFERECENDO-LHES O MELHOR DESENVOLVIMENTO CULTURAL, SOCIAL E ECONÓMICO POSSÍVEL; -----

E) NESTA LINHA DE ENTENDIMENTO, FORAM EQUACIONADAS NOVAS FORMAS DE GESTÃO MUNICIPAL CONJUNTA, NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, CULTURAL E RECREATIVA, PLASMADAS EM MANIFESTO SUBSCRITO EM 22 DE FEVEREIRO DE 2019, DOCUMENTO PELO QUAL FOI CRIADA A REDE CULTURA 2027; -----

F) COM ESSA REDE, PRETENDE-SE ESSENCIALMENTE A PROMOÇÃO DA PARTILHA DE CRIAÇÕES E RECURSOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS NO TERRITÓRIO ABRANGIDO PELOS MUNICÍPIOS SUBSCRITORES, VISANDO-SE AINDA, COMO FIM ULTERIOR, A PREPARAÇÃO DA CANDIDATURA DA CIDADE DE LEIRIA A CAPITAL EUROPEIA DA CULTURA, EM 2027, ATRAVÉS DE UMA ESTRUTURA COM UM QUADRO COLABORATIVO MAIS AMPLO; -----

G) A ESTRATÉGIA DE EXPLORAÇÃO DOS MUNICÍPIOS E OUTRAS ENTIDADES SUBSCRITORAS DO REFERIDO MANIFESTO BASEIA-SE NA PRETENSÃO DE SER DESENVOLVIDO OUTRO RITMO DE GESTÃO NA ATIVIDADE CULTURAL, ATRAVÉS DE UM MODELO ASSENTE NO DESEMPENHO DE INTERESSE PÚBLICO POR ENTIDADE ESPECIALIZADA, COM UMA GESTÃO MAIS EFICIENTE, MENOS ONEROSA E COM GANHOS DE ESCALA E DE GAMA; -----

H) OS VALORES DA UNIVERSALIDADE E DA QUALIDADE DO SERVIÇO, DA AUTOSSUSTENTABILIDADE E DA PROTEÇÃO DOS VALORES CULTURAIS, BEM COMO DA RACIONALIDADE ECONÓMICA CRÊEM-SE BEM DEFENDIDOS COM A CRIAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DE UMA COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO, TAMBÉM DESIGNADA POR RÉGIES COOPERATIVA, MOLDURA RETIRADA DA COMPARAÇÃO COM OUTROS MODELOS ASSOCIATIVOS OU PARTICIPATIVOS E CUJA VALIA SE ENCONTRA DEMONSTRADA EM ESTUDO TÉCNICO FUNDAMENTADA E INDEPENDENTE ANEXO AO PROCESSO; -----

I) A SATISFAÇÃO DE NECESSIDADES COLETIVAS ASSENTES NOS OBJETIVOS QUE SE PROPÕEM, ENCONTRA ENQUADRAMENTO NO DISPOSTO NO ARTIGO 58.º, DA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, QUE APROVA O REGIME JURÍDICO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL LOCAL E DAS PARTICIPAÇÕES LOCAIS E NO CÓDIGO COOPERATIVO, APROVADO PELA LEI N.º 119/2015, DE 31 DE AGOSTO, APLICÁVEL POR FORÇA DO DECRETO-LEI N.º 31/84, DE 21 DE JANEIRO; -----

J) COM EFEITO, NOS TERMOS DO ARTIGO 2.º DO SUPRA CITADO CÓDIGO, AS COOPERATIVAS SÃO PESSOAS COLETIVAS AUTÓNOMAS DE LIVRE CONSTITUIÇÃO QUE ATRAVÉS DA COOPERAÇÃO E ENTREAJUDA DOS SEUS MEMBROS VISAM A SATISFAÇÃO DAS NECESSIDADES E ASPIRAÇÕES ECONÓMICAS, SOCIAIS OU CULTURAIS; -----

K) DEMONSTRADOS OS OBJETIVOS E A VONTADE EXPRESSA NO MANIFESTO ASSINADO POR TODOS OS INTERESSADOS, BEM COMO ELABORADAS MINUTAS DOS NECESSÁRIOS DOCUMENTOS DE SUPORTE À CONSTITUIÇÃO DA **REDE CULTURA 2027 – COOPERATIVA CULTURAL C.R.L.** (DE ACORDO COM OS DOCUMENTOS ANEXOS

AO PROCESSO), PODE A MESMA SER CONSTITUÍDA POR ESCRITURA PÚBLICA, APÓS AS NECESSÁRIAS DELIBERAÇÕES DOS ÓRGÃOS EXECUTIVOS E DELIBERATIVOS MUNICIPAIS E A OBTENÇÃO DE VISTO POR PARTE DO TRIBUNAL DE CONTAS; -----

L) O VALOR DA PARTICIPAÇÃO A CONSIDERAR PARA O MUNICÍPIO DE OURÉM É DE 33.434,25 EUROS, CORRESPONDENTE A 4,31% NA ENTIDADE A CONSTITUIR; -----

M) QUANTO AO SUPORTE DO CAPITAL SOCIAL A REALIZAR EM DINHEIRO, JUNTA-SE INFORMAÇÃO DE SUPORTE, CONSUBSTANCIADA NO DOCUMENTO INTERNO, QUE INTEGRA A INFORMAÇÃO DE COMPROMISSO E CABIMENTO ORÇAMENTAL PARA O ANO 2020, APÓS O QUE SERÁ OBTIDO O COMPROVATIVO DO REGISTO DE COMPROMISSO E OUTRAS INFORMAÇÕES CONTABILÍSTICAS, DESIGNADAMENTE A INFORMAÇÃO OPORTUNA DE CONTROLO DE FUNDOS DISPONÍVEIS, PARA A CONSTITUIÇÃO DA COOPERATIVA.” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **HELENA SANTOS PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal MOVE pretendeu saber se os 33 mil euros é o valor global. -----

= **NUNO MIGUEL NEVES DOS PRAZERES** expôs o seguinte: “Gostaria de salientar a importância deste projeto. Julgo que Ourém tem de estar na vanguarda neste tipo de iniciativas. -----

Julgo que é importante este tipo de situação, salvaguardando sempre uma questão que fiz no passado que é a criação de organismos e de institutos ou outro tipo de entidades e, por isso, julgo importante a tentativa de salvaguarda pelo Tribunal de Contas, prevendo esta situação no futuro.” -----

----- Solicitando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL informou de que o valor da quota foi calculado consoante o número de habitantes de cada um dos concelhos participantes. -----

----- **NÃO SE REGISTRANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A**

PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS. -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

03.11 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – TEJO AMBIENTE – EMPRESA INTERMUNICIPAL DE AMBIENTE DO MÉDIO TEJO, E.I.M, S.A. CONTRATOS DE CESSÃO DE POSIÇÃO CONTRATUAL. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 60337**, datado de **2019.12.09**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2019.12.02, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a apreciação e votação da matéria em epígrafe. -----

----- Foi ainda remetido um exemplar dos contratos de cessão de posição contratual a celebrar entre o Município de Ourém, a Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo, E.I.M., S.A. e as empresas Águas do Centro Litoral, S.A., a SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, Limitada e a VALORLIS – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., documentação que foi dada a conhecer a todos os membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “= CONTRATOS DE CESSÃO DE POSIÇÃO CONTRATUAL = -----

Relativamente ao assunto supra referido, foi apresentada a informação registada sob o n.º 57.780/2019, do **Chefe de Serviço de Fiscalização e Contencioso**, que se passa a transcrever: “No âmbito do Contrato de Gestão Delegada celebrada entre o Município de Ourém e a Tejo Ambiente - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo EIM, SA, junta-se, para efeitos de aprovação, dos órgãos municipais, os seguintes contratos de cessão de posição contratual: -----

- Contrato de Cessão da Posição Contratual dos utilizadores do sistema municipal de gestão de resíduos e saneamento a celebrar entre o Município e a Tejo Ambiente; -----

- Contrato de cessão da posição contratual a celebrar entre o Município, Tejo Ambiente e Suma; -----

- Contrato de cessão da posição contratual - a celebrar entre o Município, Tejo Ambiente e Valorlis; -----

- Contrato de cessão da posição contratual – a celebrar entre o Município, a Tejo Ambiente e Águas do Centro Litoral, SA. -----

Os contratos a celebrar com a SUMA, VALORLIS e Águas do Centro Litoral, devem ser remetidos à AM. -----

Junta-se ainda proposta de Enquadramento e Concretização Jurídico-legal/Contratual do Contrato de Gestão Delegada e o Contrato de Gestão Delegada. -----

A consideração superior”. -----

----- Em aditamento ao ofício acima referido, foi também remetido, pela Câmara Municipal, o **ofício n.º 62006**, datado de **2019.12.17**, anexando novos textos dos contratos de cessão contratual a celebrar entre o Município de Ourém, a Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo, E.I.M., S.A. e as empresas Águas do Centro Litoral, S.A. e a VALORLIS – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., documentação que foi dada a conhecer aos membros da Assembleia Municipal. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhor: -----

= **ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO** expôs o seguinte: “Boa noite -----

Cumprimento a Mesa -----

Senhor Presidente -----

Senhores Vereadores -----

Caros colegas -----

Público presente -----

A minha questão só se pôs hoje, depois de receber as alterações que dizem que a Câmara Municipal vai pagar um valor, não havendo referência ao valor. -----

Há uma cláusula que diz que já foi pago um valor, mas nós também não fomos informados de qual é esse valor. -----

Fico confuso porque, quando olhamos para o que está escrito, penso que era importante que o município soubesse que valores é que estão aqui em causa. -----

Na alínea h) dos considerandos consta “*Na presente data, o Município de Ourém é devedor de XXXX perante a Valorlis, decorrente de XXXXX*”. Pergunto, o que é isto? Isto parece que ainda vão acrescentar outras coisas e que nós estamos aqui a dar carta branca. -----

Depois, na cláusula 3.^a, n.º 4 “*Para os efeitos do disposto no número anterior, o CEDENTE pagou nesta data à VALORLIS o valor de XXXX, sem prejuízo de quais quer outros créditos da VALORLIS que ainda possam substituir*” -----

E, a Valorlis, ao longo do texto, põe a vermelho uma frase que vai repetindo “*...e bem assim todas as demais obrigações legais e regulamentares do Município utilizador perante a VALORLIS*”. Eu não sei que valores é que continuamos vinculados, quais é que pagámos e os que vamos pagar. Acho que a Assembleia Municipal deveria ser esclarecida sobre isso porque, a aprovarmos isto como está, podemos estar a vincular o município a um pagamento de valores que não estão cá. Penso que o município ao propor isto à Assembleia Municipal deveria colocar os valores. Talvez ainda não estejam determinados, é essa a questão.” -----

----- Solicitando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL referiu que, o que está a ser discutido, é a cedência de posição contratual que o município atualmente possui com as Águas do Centro Litoral, S.A. e a VALORLIS – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., à Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo, E.I.M., S.A., exatamente nas mesmas condições que existem presentemente. -----

Mais disse, de momento, não é possível saber o número de toneladas de lixo ou o número de metros cúbicos que teremos no próximo ano, sabendo apenas o valor por tonelada de lixo ou por metro cúbico de água. -----

----- **NÃO SE REGISTRANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR MAIORIA, COM 25 VOTOS A FAVOR; 09 ABSTENÇÕES: 07 GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA, 02 DO GRUPO MUNICIPAL DO MOVE – 34 PRESENÇAS.** -----

----- De seguida, o membro da Assembleia Municipal, senhor ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO, em nome do grupo municipal do Partido Socialista, apresentou a seguinte declaração de voto: “O grupo parlamentar do PS absteve-se nesta votação por ter dúvidas sobre a redação do documento com os acrescentos que nos foram enviados hoje. Entendemos que não fica claro, sob o ponto de vista jurídico e financeiro, quais os encargos para o município e quais as obrigações decorrentes desta cessão de posição contratual.” -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

----- Neste momento, tomando a palavra, a 1.ª SECRETÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, nos termos do n.º 3, do artigo 72.º do Regimento da AMO, questionou o plenário sobre a aprovação do texto das deliberações mais relevantes, em minuta, sendo assinadas, após aprovação, pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal. -----

----- **A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, em minuta, o texto das deliberações mais relevantes, tomadas nesta sessão.** -----

03.12 – DEBATE SOBRE O ESTADO DO CONCELHO – ARTIGO 10.º DO REGIMENTO DA AMO. -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL referiu que foi entendimento na conferência de líderes que a ordem de intervenção dos grupos municipais, no debate desta matéria, seria a seguinte: grupo municipal do MOVE; grupo municipal do CDS-PP; grupo municipal do Partido Socialista; grupo municipal do Partido Social Democrata. -----

Relembrou ainda que a grelha de tempos também acordada em conferência de líderes, foi a seguinte: Câmara Municipal 20 minutos; cada grupo municipal 10 minutos. -----

----- De imediato, deu a palavra ao senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL que expôs o seguinte: “**ONDE ESTÁVAMOS, ONDE ESTAMOS, PARA ONDE PRETENDEMOS IR**” -----

Excelentíssimo Senhor Presidente e Digníssima Mesa -----

Excelentíssimos Senhora e Senhores Vereadores -----

Excelentíssimas Senhoras e Senhores Deputados Municipais -----

Excelentíssimos concidadãos aqui presentes e bem assim os que nos acompanham através da transmissão online que estamos a realizar -----

Comunicação Social -----

Chegámos ao final de mais um ano, época que sugere um balanço retrospectivo, tal como importará projetar novos impulsos e dinâmicas, rumo à perspetiva de um futuro melhor para todos e é assim, que manifesto publicamente e perante V. Excelências, o desejo de que o ano de 2020 transborde de esperança, energia e saúde, para toda a comunidade ourense. -----

É ponto de honra e está, claramente expresso, no portal oficial do Município, que o Executivo a que tenho a honra de presidir, tem nos seus objetivos, assumir uma postura de compromisso, abertura e transparência, fomentando um relacionamento de maior proximidade e acessibilidade entre os Ourenses e o poder local. -----

Considero assim, que o livre acesso de todos os Ourenses à informação municipal é um passo determinante, que nos permite incentivar a participação e a intervenção dos cidadãos nos assuntos do seu Município, contribuindo decisivamente para a vivência de uma cidadania mais ativa, responsável e esclarecedora, rumo à construção de um concelho moderno e de vanguarda, permitindo-nos, conseqüentemente, chegar mais perto de todos, sem exceção. -----

Começo, nestes termos, esta intervenção, pois nem sempre foi assim e remeto para os tempos em que esta, agora equipa governativa, estava na oposição e lutava de forma ativa e responsável, pelo futuro deste grande Município, sem outro propósito que não fosse o aumento da transparência e da competência na gestão da coisa pública, trabalho que viria a culminar

com o reconhecimento popular, expresso no voto, em favor de quem estaria em melhor posição para nortear os destinos da governação municipal. -----

Recordo a Vossas Excelências. a ausência de condições funcionais com que se debateu a oposição em mandatos passados, situação que se alterou radicalmente com este Executivo, que consignou instalações condignas e meios informáticos aos senhores Vereadores na oposição, o que, em boa verdade, alterou significativamente o estado das coisas neste capítulo. Respeitamos e respeitaremos quem nos respeita, para além de reconhecermos os direitos e o estatuto que assistem às oposições, como, aliás, é de bom timbre nos regimes e sistemas democráticos. -----

Se no passado as nossas posições políticas sempre foram coerentes com o interesse municipal, por maioria de razão essa expressão continua a ser o princípio basilar da nossa prática política, enquanto poder, sem ziguezagues, não defendendo princípios e práticas, em função do dia da semana, da adversidade, ou das contingências inerentes às responsabilidades que assumimos e às quais, em caso algum, renunciamos. -----

Não deixamos ninguém sem resposta consentânea com a premência da questão; não fugimos às nossas responsabilidades e não nos remetemos ao silêncio pela mera conveniência política do momento, ou incomodidade temática. -----

2017 foi o ano da transição política na liderança administrativa dos destinos do Município de Ourém e, se no início do nosso mandato executivo tivemos algumas dificuldades no real diagnóstico, dos assuntos municipais ainda em aberto, trabalhamos afincadamente em todos os dossiês, inculcando idêntica postura e vontade face aos projetos que pretendíamos implementar e que constituiriam a marca da nossa atividade política e administrativa. -----

Foi com redobrada coragem política e espírito de servir, que nos envolvemos na procura de soluções para situações herdadas e que revelavam extrema complexidade, como foi o caso:

- do complexo *status* da empresa municipal Ourémviva – relembro que em outubro de 2017, 183 trabalhadores tinham a situação indefinida, e hoje posso anunciar, que o processo está concluído. -----
- do processo da MaisOurém -----
- do processo com Jular Turismo, S.A -----

- do processo do Edifício dos Paços do Concelho -----
- da Fatiparques, a este propósito permitam-me que reforce que sempre procuramos encontrar a melhor solução para defender os superiores interesses do Município. Infelizmente, por imperativos do Tribunal de Contas foi necessário reverter a estratégia inicial e encontrar nova solução, que já vos foi apresentada; -----

Ou ainda do Litígio jurídico com o Santuário de Fátima, que implicou um custo para o Município superior a 160 mil euros. -----

Trabalhámos com o foco nas diversas preocupações do momento, consubstanciadas, também, nas orientações políticas que o futuro nos exigia e exige, como seja a reformulação da estrutura orgânica municipal, a implementação de uma política de desmaterialização processual com inerentes reduções de custos financeiros e ambientais, sem prejuízo da eficácia, não perdendo de vista as apostas na excelência social, na qualidade de vida, nas parcerias úteis com a atividade empresarial e de referência turística, reformando o que se mostrou possível de reformar e ultrapassando os obstáculos subjacentes, com empenho, dedicação, esforço e competência. -----

Não pretendemos ajustes de contas com o passado, reconhecendo que nem tudo foi mau, mas, em boa verdade, entre o deve e o haver, o saldo não foi positivo e o sufrágio popular confirmou-o claramente. -----

Senhor Presidente -----

Senhoras e Senhores Deputados Municipais -----

Este Executivo viria a abraçar uma série de iniciativas, projetos e propostas, que nos trazem à realidade presente, afinal, onde estamos. -----

Foram meses de muito esforço, que dificilmente poderiam ser expressos nesta exposição, mas não posso deixar de referenciar alguns aspetos mais significativos, tratando-se a administração municipal, de um processo dinâmico e continuado. -----

- Refiro-me, a título de exemplo, ao PDM, instrumento fundamental na gestão territorial de natureza regulamentar, cuja apresentação da versão final do projeto de revisão deverá agora ocorrer em sede de reunião de Câmara, seguindo-se a conseqüente apreciação por esta câmara. -----

Também na área do planeamento é importante referir que a revisão do Plano de Urbanização de Fátima e a elaboração do Plano de Urbanização de Ourém estão em pleno desenvolvimento e contamos, brevemente, apresentar novidades em relação aos mesmos. Como sabemos, ao longo dos anos, a cidade de Ourém foi alvo de intervenções no sentido da qualificação e revitalização urbana, programadas para dar resposta a várias problemáticas e colmatar deficiências existentes. Apesar dos investimentos realizados na zona central e mais antiga da cidade, numa perspetiva de reabilitação urbanística quer do edificado, quer das infraestruturas e equipamentos, a cidade continua a debater-se com sintomas de degradação ao nível do espaço urbano e da insuficiência de espaços verdes e de lazer, situação que poderá vir a ser alterada, de forma significativa com a implementação da ORU, instrumento que poderá vir ao encontro de um real processo de requalificação urbana, com efetivos benefícios para os proprietários do edificado, para as populações, para a cidade. -----

- No âmbito do PEDU, elaborámos uma proposta de reprogramação para Ourém, que contemplou, a submissão das candidaturas para o Teatro Municipal e reabilitação do Castelo e Paços do Conde, obras que estão em curso e a decorrer a bom ritmo. -----

Refiro, ainda, a Expansão do Parque Ribeirinho Dr. António Teixeira - 1ª Fase e a Reabilitação do Espaço Público do Núcleo Central, na cidade de Ourém, assim como a conclusão das obras da Avenida D. Nuno Álvares Pereira, tratando-se de obras que o Município incluiu na 1ª fase do PEDU, Programa Operacional Regional do Centro - Centro 2020, num valor de investimento global, próximo dos 9 milhões de euros e com uma comparticipação do FEDER em aproximadamente cinco milhões e meio de euros; -----

- Reformulámos, com evidentes ganhos de eficiência, o quadro orgânico dos serviços municipais, de onde resultaria, por exemplo, um aumento significativo do número de projetos deferidos e aprovados; -----
- Em linha com o que acontece por todo o país, fomos confrontados com uma situação de défice no que se refere às dotações de pessoal auxiliar nos estabelecimentos de ensino, pelo que abrimos concurso para a contratação de funcionários “auxiliares de ação educativa”, que viriam a superar alguns constrangimentos detetados nessa área;

- Continuamos a trabalhar, de forma efetiva, na área da Eficiência Energética e de forma muito incisiva na iluminação pública, por todo o concelho, estando prevista a substituição de 18 mil luminárias para led; -----
- Procurando repor equidade no tratamento e proteger o mérito do trabalho associativo, foi decidido rever o Regulamento do Apoio ao Associativismo; -----
- Foi considerada a conceção e elaboração de um programa cultural com expressão alargada, expressa na denominada Agenda Cultural; -----
- Ourém tem sido obra, investimento, projeto e cultura e é nesse contexto que nos encheu de satisfação, o facto de o Museu Municipal de Ourém ter sido distinguido com o prémio “Inovação e Criatividade” pela Associação Portuguesa de Museologia, pelo projeto da mesa digital integrado na exposição temporária "Crianças entre Crianças - Os Pastorinhos de Fátima, na Casa do Administrador", patente neste núcleo museológico, localizado em Ourém -----

Ainda na esfera cultural, impõe-se que referencie o envolvimento do Município de Ourém nos projetos culturais Artéria e Caminhos da Pedra, que trouxeram ao nosso concelho vertentes da expressão artística, pouco frequentes entre nós, o que enriqueceu a nossa oferta cultural, assim como levámos à rua e ao coração do Município ourensense, mais uma edição das Músicas na Praça, que encheram durante o mês de agosto, a Praça Dr. Agostinho Albano de Almeida, na cidade de Ourém, com expressões artísticas diversificadas e protagonizadas por oureenses. Paralelamente a este rico manancial de iniciativas de índole cultural, o Município tem também prestado apoio à difusão das produções das organizações culturais do concelho, fora do nosso espaço territorial, quer entre congéneres, quer quando inseridas em produções de organismos e entidades de referência no panorama cultural nacional. -----

Acresce, que o Município de Ourém também tem emprestado a sua melhor colaboração na edição de publicações de autores oureenses, trabalho que visa apoiar de forma decisiva a produção literária, nomeadamente nas vertentes histórica e documental; -----

- Permitam-me, nesta oportunidade, referenciar a revitalização de um projeto de muitos anos e que regressou para satisfação, presumo, da maioria dos oureenses,

consubstanciado na Feirourém, certame emblemático de outras décadas, ao qual agora conferimos nova roupagem, mas com o interesse temático de sempre; -----

- Implementámos as festividades e iluminações de Natal, nas zonas urbanas de Ourém e Fátima, de forma claramente diferenciada, do que estávamos habituados; -----

Senhor Presidente -----

Senhoras e Senhores Deputados Municipais -----

Constituiu um propósito efetivo desta administração autárquica lançar um projeto de apoio à natalidade e à infância, dirigido aos casais jovens e que fizeram do concelho Ourém a sua residência, com o sucesso que se conhece. E não bastará vir a terreiro dizer que se apoia a medida, para, em segunda instância, como tem feito a oposição socialista, tentar denegrir o que, anteriormente, disse apoiar. No mínimo, parece-me incoerência política! -----

- Ainda na área social, lançámos o “cartão social do bombeiro voluntário” uma medida que visa reconhecer, em determinada medida, o esforço desenvolvido por estes cidadãos, em prol do bem público, ao qual emprestam o seu esforço e dedicação, sem qualquer retribuição – “Um grande bem-haja aos nossos Bombeiros”; -----
- Aderimos ao Cartão ABEM - Rede Solidária de Medicamentos, que visa apoiar a aquisição de medicamentos pelos munícipes do concelho de Ourém que se encontrem em situação de comprovada debilidade económica. -----
- Elaboramos o regulamento e está em fase de candidatura a atribuição de bolsas para estudantes universitários; -----
- Atribuímos apoios a alunos do ensino secundário para participarem em cursos de verão, em diversas universidades; -----
- Reforçamos as medidas de ação social aos alunos do pré-escolar e primeiro ciclo; -----
 - Decorrente dos inúmeros pedidos, elaboramos contratos de apoio financeiro com as IPSS's do concelho, relativos à aquisição de viaturas, para utilização no âmbito do objeto social das entidades beneficiárias. -----

O protocolo, permitiu celebrar contratos com 20 entidades concelhias, resultando numa comparticipação global do Município de Ourém de aproximadamente 300 mil euros. -----

Ainda assim, alguns têm a petulância de nos acusar de falta de sensibilidade social. -----

Esta energia negativa, deveria eventualmente ser canalizada para outras instâncias que não à Câmara Municipal - Basta pensarmos na impossibilidade de podermos apresentar candidaturas ao Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais – 2.ª Geração, ao nível da resposta social creche, onde, como sabemos existem muitos défices em algumas zonas do concelho. -----

Mas o caminho faz-se caminhando ... -----

- Por isso estamos envolvidos num contexto alargado de intervenção nos denominados “Caminhos de Fátima”, com o objetivo de melhorar caminhos e reforçar o acolhimento a todos aqueles que rumam a Fátima. -----

Refiro, pela sua importância, a Rota Carmelita que é um Caminho de Fátima, no território do Centro de Portugal, entre Coimbra e o Santuário de Fátima. Este Caminho, que está aprovado pelo Centro Nacional de Cultura foi concebido pela Agência para o Desenvolvimento dos Castelos e Muralhas Medievais do Mondego, é gerido, em parceria, pela Associação Caminhos de Fátima, uma associação fundada por 14 Municípios portugueses, onde se inclui Ourém e que participam ativamente neste projeto. -----

Ou ainda a Rota dos Pastorinhos, que permitirá aos visitantes conhecer melhor o nosso concelho e fruir das nossas inúmeras “maravilhas” -----

- Mantivemos um apoio significativo à organização, em regime de parceria com a ACISO, do Workshop Internacional de Turismo Religioso. -----

Foi nesse sentido, que a Câmara Municipal emprestou a sua melhor colaboração e esforço financeiro para com a Associação Empresarial ACISO, que se cifrou na ordem dos 95.000 euros, permitindo alargar os horizontes no contexto dos mercados turísticos internacionais, nomeadamente na esfera do turismo religioso, de que Fátima é um dos expoentes mundiais; ---

- Efetuamos o levantamento dos lotes disponíveis e desocupados na Zona Industrial de Casal dos Frades, assim como das carências que os empresários apresentavam, como condicionadoras das suas atividades, o que se traduziu no incremento dos espaços ocupados, gerando produtividade, riqueza e emprego. -----

Na prática, sem a alteração de qualquer instrumento de planeamento, traduziu-se na alienação de 7 lotes, permitiu a ampliação de 5 e gerou uma receita direta para o município de

340 485,00€. Com esta medida foram criados 234 empregos diretos e após os investimentos em curso, ascendem aos 510. -----

- Ainda na esfera dos espaços para ocupação empresarial, lançámos, para além das melhorias na Zona Industrial do Casal dos Frades, o alargamento da Zona Industrial de Caxarias e estamos a trabalhar, decisivamente, na futura Zona Industrial da Freixianda, para a qual já temos a identificação de todos os proprietários dos terrenos concluída, seguindo-se a sua aquisição, pese a abstenção dos senhores Vereadores do Partido Socialista, que consideraram, e cito, o “investimento completamente desproporcionado e sem qualquer fundamento que o justifique”; -----

Para nós o investimento no norte do concelho é estruturante sendo a melhor forma de combater as assimetrias existentes e fomentar a coesão social. -----

- Nessa linha de raciocínio, envolvemo-nos na criação da “StartUp Ourém”, um comprometimento com o espírito empreendedor, nomeadamente dos empresários mais jovens, na expectativa que daí possa resultar mais investimento, mais emprego e mais progresso económico e social. -----

De igual forma, criámos as condições para o cumprimento de uma antiga aspiração da área empresarial, tão castigada com a carga burocrática, através da criação do Gabinete do Empresário, surgindo o “Espaço Empresa”; -----

- Promovemos o lançamento dos concursos das obras de saneamento para a União de Freguesias de Matas e Cercal e Freguesia de Espite, assim como de parte da freguesia de Fátima. -----

Após anos de manifesta indecisão, estamos focados e decididos a aumentar a reduzida taxa de cobertura de saneamento no nosso concelho, por isso, como é do vosso conhecimento, aderimos à Tejo-Ambiente e estamos confiantes que ainda neste mandato se realizarão obras em Rio de Couros, Urqueira, Bairro, Fátima, na estrada de Minde e Boleiros, e zonas limítrofes da cidade de Ourém. Intervenções que se encontram em sede de apreciação no âmbito do POSEUR. -----

Senhor Presidente -----

Senhoras e Senhores Deputados Municipais -----

A política municipal para a área do desporto tem como principal perspetiva promover um concelho saudável, aumentando a qualidade, a diversidade e a abrangência da prática desportiva para os cidadãos residentes e visitantes. -----

Reconhecendo e valorizando a forte mobilização, dinâmica e capacidade organizativa do movimento associativo na área do desporto, o Município tem investido no apoio e na coprodução de iniciativas desportivas com as coletividades locais, com base no regulamento de apoio ao associativismo e no melhoramento das infraestruturas desportivas. -----

De importância relevante, o facto de ter sido aprovado o início do procedimento de alteração ao “Regulamento de Apoio ao Associativismo Cultural e Desportivo do Município de Ourém”, uma nova proposta que pretende criar maior equidade e justiça na distribuição dos subsídios às Associações concelhias; -----

E porque a vida municipal é, fundamentalmente e como já referi, um processo dinâmico, avançámos com o Projeto “Participa Ourém”, que permite aos cidadãos ourenses comunicarem aos serviços municipais, em suporte digital, as ocorrências que se mostrem carentes de intervenção urgente. De igual forma, avançámos com a primeira edição do Orçamento Participativo, que se traduziu num sucesso público, quer pelos projetos apresentados a concurso, quer pelo número de interações no ato da votação; -----

No domínio da Proteção Civil desenvolvemos vários procedimentos no âmbito da “Prevenção de Incêndios”, plano que teve expressão, com a colaboração dos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

Foi assim que trabalhámos na elaboração e atualização do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e elaboramos e atualizamos o Plano Municipal de Emergência; -----

Envolvemo-nos ativamente na implementação das medidas de autoproteção dos edifícios municipais, estando 80% concluídos; -----

Ainda no contexto da Proteção Civil Municipal, conduzimos à homologação final, do Plano Prévio de Intervenção (PPI) para ativação dos meios de socorro no Município de Ourém, plano há muitos anos falado e nunca implementado, por manifesta falta de coragem política. -----

Apoiámos a realização de simulacros, nomeadamente junto das Escolas, visando acautelar situações potencialmente perigosas; -----

- Incrementámos, de forma significativa, (em cerca de 13%) os apoios protocolados com os Corpos de Bombeiros do concelho, o que se traduziu num reforço efetivo de verbas, a distribuir por aquelas Instituições, e que estranhamente, ou não, várias membros desta câmara (5) tenham votado contra e outros se tenham absterido (6). -----

Apoiamos também na constituição de 2 novas Equipas de Intervenção Permanente, vulgo EIP's, em Caxarias e Fátima, velha aspiração destas corporações de Bombeiros. -----

Não posso deixar de referir o apoio direto para a aquisição do terreno do novo quartel de Fátima, no montante de ½ milhão de euros, assim como os protocolos com a Associação Humanitária dos Bombeiros de Caxarias e a Liga de Amigos da secção de Bombeiros da Freixianda, para ampliação e requalificação dos seus respetivos quartéis. -----

Acresce, a atribuição de 48.000€ a cada corporação, enquanto apoio na aquisição de viaturas de socorro, no período compreendido entre 2018 e 2022. -----

Esforço municipal que foi reconhecido com duas distinções de referência: -----

Uma Menção Honrosa, atribuída pela Liga dos Bombeiros Portugueses, a Ourém e na minha pessoa, em cerimónia pública que decorreu em Leiria, na data comemorativa do Dia do Bombeiro Português; -----

O Crachá de Ouro também da Liga dos Bombeiros Portugueses, durante as celebrações do 16.º aniversário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fátima. -----

Senhor Presidente -----

Senhoras e Senhores Deputados Municipais -----

Temos mantido um contacto estreito com os Senhores Presidentes de Junta das 13 freguesias do concelho e tem sido, nesse fórum, que lhes tenho transmitido, (sabendo também ouvir), os projetos em curso para cada freguesia e os “timings” previstos para a sua concretização, assim a estabilidade económica e financeira do Município o vá permitindo. Disponibilizamos, também, um interlocutor privilegiado para receber, diariamente, os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, para com eles tratar muitos dos assuntos de que são portadores, em nome das populações que representam. -----

Estamos, assim, a apoiar as Juntas de Freguesia na prossecução do seu meritório trabalho junto das populações, descentralizando competências, acompanhadas do respetivo envelope

financeiro, incrementando a disponibilização de recursos e aumentando em 43% os apoios financeiros concedidos, comparativamente a 2017, visando a sua adequada aplicação, por parte de quem mais perto está dos nossos vizinhos e que, melhor que ninguém, conhece a realidade e o meio envolvente; -----

Mas, a atividade municipal tem-se estendido às mais diferenciadas áreas, como a ambiental e não quero deixar de referenciar a V. Excelências, o desenvolvimento do Projeto “Ourém Mais Limpo”, iniciativa que permitiu recolher cerca de 500 toneladas de resíduos espalhados por todo o concelho, numa ação de responsabilidade social, que reuniu cerca de 5 centenas de voluntários, área na qual continuamos diariamente a trabalhar. -----

O desenvolvimento sustentável, precedido de um correto ordenamento do território é condição indispensável para que todos tenhamos uma melhor qualidade de vida no nosso Município e, nessa linha, foram instalados no espaço municipal mais 67 ecopontos e 50 vidrões; -----

Acresce o facto de o Município dispor de um serviço de recolha de “monos”, menos utilizado pela população que o desejável, o que evitaria o seu abandono, nomeadamente nas zonas florestais. -----

A qualidade de vida, que está também associada à melhoria dos índices de cobertura do saneamento foi uma pesada herança que recebemos, mas para cuja difícil superação estamos a trabalhar, como já referi anteriormente, embora saibamos ter um longo caminho a percorrer. Recordo, ainda assim, a isenção de taxas de que os munícipes poderão beneficiar, quando pretendam a sua ligação à rede pública de saneamento. -----

Na área da saúde, deixo o enfoque para as empreitadas referentes à requalificação dos edifícios, que irão servir os Centros de Saúde de Alburitel, Olival e Sobral e que foram adjudicadas pelo Executivo Municipal. Trata-se, em todos os casos, da transformação de antigos estabelecimentos escolares, em extensões do Centro de Saúde de Ourém, as denominadas Unidades de Cuidados de Saúde (UCS). Com a renegociação do PACTO para o Desenvolvimento e Coesão, na CIMT, conseguimos uma comparticipação de 85% do valor do investimento, que não estava previsto, estando neste momento a aguardar a assinatura do protocolo por parte da ARSLVT. -----

Mas, a Câmara Municipal também pretendeu deixar uma marca indelével do seu interesse nesta área, como aconteceu com a celebração de um protocolo com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, que define a implementação de consultas de saúde oral nos cuidados de saúde primários do concelho de Ourém. O Município de Ourém foi uma das 65 autarquias a firmar este protocolo, que irá, decerto, contribuir para a promoção de uma política efetiva de combate às assimetrias territoriais e sociais e promover um acesso adequado de todos os munícipes a cuidados de saúde oral. -----

Sempre nos pareceu razoável concluir, que o reforço de meios humanos, técnicos e físicos no Centro de Saúde de Ourém, poderia contribuir, decisivamente, para solucionar muitas das urgências, que hoje se deslocam para Leiria e nesse aspeto, tivemos a oportunidade de reunir com o Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Leiria, que nos garantiu a continuidade da melhor prestação de serviços de saúde aos nossos munícipes, sempre que recorram, nomeadamente ao Hospital de Santo André, na cidade de Leiria. -----

A este propósito informo que no dia 2 de janeiro de 2020, terei uma reunião com o Sr. Secretário de Estado da Saúde, Dr. António Sales, para lhe transmitir, de novo, as nossas preocupações e necessidades nesta área. -----

E porque falamos de relações da autarquia com a esfera governativa nacional, quero transmitir a V. Excelências o meu desencanto pelo incumprimento de compromissos, por parte do Governo, no que se refere, nomeadamente: -----

- à ligação do IC9 à A1; -----
- à utilização das instalações onde está alocada a Esquadra da PSP, em Ourém, onde continuam por regularizar as rendas decorrentes da sua utilização há anos, -----
- à Casa dos Magistrados, ou, à Casa dos Cantoneiros, em Rio de Couros, que de acordo com o diploma da descentralização, na área do património, por nós aceite, deveriam transitar para a esfera do município, embora, até à data e para o governo, não exista nenhum imóvel público sem utilização da administração direta ou indireta do estado em Ourém. -----

Casos que exigem solução a contento das partes envolvidas e o Município de Ourém é, claramente, uma delas. -----

- Acrescem os mais de 2 milhões de euros retidos pela Autoridade Tributária, sem qualquer explicação, plausível, ou não, decorrentes da cobrança em sede de IMT. Verba que o Município de Ourém reclama como sua, até prova em contrário de um Ministério das Finanças que se tem remetido ao silêncio. -----

- Quero referir, pela sua importância no contexto internacional e nomeadamente no espaço europeu, o estreitar de relações, que o Município de Ourém vem mantendo com outros congéneres. -----

Destaco, a propósito e muito pela sua importância e impacto, a rede “Shrines of Europe”, uma rede de cooperação entre sete cidades europeias, que acolhem os mais importantes santuários europeus de inspiração “Mariana”. -----

Por fim não posso deixar de referir o grande rigor que impusemos à gestão financeira, tendo baixado a dívida a terceiros, em cerca 37% (4,4 milhões de euros), para valores estimados na ordem dos 7,5 milhões de euros e em 2018 com um saldo positivo, pela primeira vez em muitos anos, de mais de 700 mil euros. Na leitura destes valores não nos devemos nunca abstrair que paralelamente diminuimos os impostos diretos como o IMI e a derrama e simultaneamente aumentámos o investimento, quando comparado com o período homólogo do anterior executivo, em mais de 30%. -----

Senhor Presidente -----

Senhoras e Senhores Deputados Municipais -----

Falei a V. Excelências, de tomadas de decisão que se impunha serem adotadas e muitas já o foram, cumprindo programas e objetivos, que recorro são para 4 anos e que esta maioria abraçou como bandeiras, mas que, mais do que os fazer seus, os coloca ao serviço da população. -----

Temos trabalhado com o foco nas diversas áreas que nos competem, enquanto responsáveis pela gestão municipal, consubstanciadas também, nas orientações políticas que o futuro nos exige, não perdendo de vista as apostas na excelência social, na qualidade de vida, nas parcerias úteis com a atividade empresarial e de referência turística, reformando o que se mostre possível reformar e ultrapassando os obstáculos naturais que se apresentam, com empenho, dedicação, esforço e competência. -----

E é pensando o futuro, que procuraremos fazer melhor e fazer diferente, contando o executivo municipal para tal, com o apoio desta assembleia, dos dirigentes dos serviços e dos funcionários municipais, de modo a que tal nos possa permitir um modelo de governação da Câmara Municipal mais moderno, mais eficiente e mais eficaz. -----

Importará também fazer aqui e agora, uma referência mais objetiva e focalizada, a algumas áreas e projetos em curso, dos quais dependerá o sucesso da nossa atuação enquanto equipa de trabalho. -----

Como já referi, nestes dois anos de exercício de funções, deparámo-nos com alguns processos complexos e que temos, com empenho e determinação, procurado resolver, de forma a que o Município possa encarar o futuro com muito maior otimismo e confiança. Processos que pela sua dificuldade, foram continuamente sendo adiados estando, a grande maioria, resolvidos ou em fase de resolução. -----

Por outro lado, continuámos a trabalhar visando o desenvolvimento sustentado do nosso Município e terei de evidenciar o apoio claro que temos procurado transmitir ao tecido empresarial, um dos motores que o futuro se encarregará de justificar como uma das apostas mais adequadas e corretas, na esfera da administração local. Um concelho com o dinamismo e a pujança que Ourém evidencia é, inevitavelmente, rico em iniciativas de diversa índole e que acrescentam sempre mais alguma coisa à nossa vivência social. -----

A este propósito, é com muita honra que anuncio que, decorrente das nossas diligências, o 5º Encontro de Investidores da Diáspora irá realizar-se em Fátima, no próximo ano. Este encontro é uma organização conjunta com a CIMT e a Secretaria de Estado das Comunidades portuguesas e estima-se uma participação de mais de 500 empresários da diáspora. -----

Tem sido este concelho, o que tenho continuamente visitado, particular e oficialmente, incluindo a iniciativa Projeto 3-O “Ouvir Ourém e os Oureenses, que se tem transformado num fórum global, dando voz a quem tem maior dificuldade de transmitir as suas queixas e sugestões junto dos responsáveis autárquicos. Projeto que foi estendido a todo o concelho, com a prestimosa colaboração das Juntas de Freguesia e que constituiu um importante instrumento de trabalho e da constatação de realidades, tantas vezes, por uma razão ou outra, menos visíveis. -----

Senhor Presidente -----

Senhoras e Senhores Deputados Municipais -----

Sendo a regeneração urbana das nossas cidades e vilas, um objetivo central do nosso programa, sem nunca descurar as zonas mais rurais, enumerarei alguns dos mais avultados investimentos a realizar nesta área, como sejam: -----

- a requalificação da estrada 356, entre o nó do IC9 e a Zona Industrial do Casal dos Frades; -----
- Ainda na estrada 356, a requalificação do troço entre a vila da Freixianda e o seu parque de merendas; -----
- A requalificação da Avenida Francisco Sá Carneiro, em Ourém; -----
- A Requalificação da Estrada da Ortiga; -----
- A Continuação das obras de requalificação do Cineteatro Municipal; -----
- A Continuação das obras de requalificação do Castelo e Paços do Conde; -----

Mas, também o lazer, o bem-estar e a oferta turística, estão na primeira linha das nossas preocupações, pelo que também estão contemplados alguns projetos, que entendemos importantes e que ambicionamos iniciar no decurso do próximo ano, como sejam: -----

- Passadiço do Agroal; -----
- Campos de Ténis e Padel em Ourém; -----
- Conclusão do projeto de ecovia entre Ourém e Fátima; -----
- Implementação de rede *wireless* em todas as sedes de Junta de Freguesia -----
- Conclusão da ampliação do parque Dr. António Teixeira, também em Ourém; -----
- Requalificação da estrada de Leiria, na freguesia de Fátima e que consideramos um empreendimento vital para as acessibilidades àquela cidade; -----
- A Requalificação da Av. Papa João XXIII, decorrente da Assinatura do Acordo de Mutação Dominial com as Infraestruturas de Portugal; -----
- A requalificação da estrada de Minde até ao limite do concelho; e -----
- A requalificação, em Fátima, da Rua Júlio Constantino, Rua Anjo de Portugal e envolvente à Capela de S. João Batista na Lomba d'Égua; -----

Na área da educação, além dos investimentos na requalificação de escolas que já foram concluídos ou que estão em curso, informo que serão corrigidas as deficiências estruturais nos Centros Escolares de Ourém Nascente, Misericórdias e Freixianda, que, como certamente sabem, apresentam graves problemas estruturais e pela primeira vez, neste município, existiu a coragem de acionar as garantias bancárias, que já estão na nossa posse. Esperamos ainda, a abertura de um novo Aviso nesta área, para que possamos construir mais dois centros escolares, localizados em Atougua e Fátima Sul. -----

Não querendo ser fastidioso, e dirigindo-me essencialmente aos mais cétricos e que afirmam que não temos obras em execução ou que as estamos a agendar somente para o ano de eleições, informo que, de momento, estão em curso ou em vias de se iniciarem, cerca de 30 obras, das quais destaco: -----

- Centros de Saúde de Alburitel, Sobral e Olival; -----
- Requalificação do Cineteatro de Ourém; -----
- Expansão do Parque António Teixeira; -----
- Castelo e Vila Medieval de Ourém; -----
- Requalificação da envolvente ao Centro Escolar de Nossa Senhora das Misericórdias; --
- Saneamento em Fátima; -----
- Requalificação de vias na Lomba d'Égua -----
- Ampliação da rede de água em Vale Porto e na rua da Tojeira na Atougua -----
- Centro de Documentação Joaquim Ribeiro -----
- Requalificação das estradas de Vale Perra e S. Sebastião na Atougua -----
- Requalificação de diversas vias na Freixianda e Caxarias -----
- Requalificação da Estrada do Salgueiral em Espite -----
- Construção do Centro Escolar da Carvoeira -----
- Requalificação do Centro Escolar de Santa Teresa, da Escola do Pisão, nas Matas e melhorias na Escola de Casal dos Bernardos; -----
- Reconstrução de Muro em Rio de Couros; -----
- Apoios para: -----
 - Campo de Jogos do Vilarense; -----

- Mercado do Peixe na Freixianda; -----
- Requalificação do quartel dos Bombeiros na Freixianda; -----
- Construção da Casa Mortuária de Seiça -----
- Requalificação da Rua do Barreiro e do Cubal nas Matas -----
- Requalificação da Rua dos Moinhos em Urqueira -----
- Passeios e saneamento no Moimento. -----
- Entre outras. -----

Senhor Presidente -----

Senhoras e Senhores Deputados Municipais -----

O executivo a que tenho a honra de presidir nunca se escusará às suas responsabilidades, nem procurará endossar a terceiros o que por lei e pela vontade popular lhe compete. Assim possamos merecer a solidariedade institucional de V. Excelências, igualmente mandatados para contribuir para o desenvolvimento sustentado do nosso concelho e para a defesa intransigente dos interesses do nosso povo. -----

Boas Festas e que esta quadra que vivemos seja também uma época de reflexão e de mudança de alguns paradigmas, visando apenas o bem das populações, que todos nos orgulhamos de representar, é o que desejo para todos.” -----

----- De seguida, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **FILIFE REMI CALLEBAUT MENDES**, em nome do grupo municipal MOVE, expôs o seguinte: “Passados 2 anos desde a troca de executivo, fazemos um balanço, curto e resumido, e questionar o executivo sobre os assuntos, que consideramos prioritários para o nosso concelho e que se encontram por resolver... -----

Tendo o Município de Ourém a particularidade quase única em Portugal, pois é dos poucos municípios, fora das zonas metropolitanas de Lisboa e Porto, que, por um lado tem 2 cidades, por outro lado é um concelho assimétrico, tendo a norte características rurais e a sul de cariz urbano, sendo um desafio acrescido. -----

Aquando das últimas eleições, foram identificadas algumas das grandes prioridades do município. -----

1) **Desertificação:** -----

Como tem sido o combate à desertificação do norte do concelho, região que tem perdido população significativa nos últimos anos? -----

Que ações promoveram a fixação de pessoas e aumento de emprego? Há perspetiva de quantos empregos foram criados? -----

E que projetos de valorização foram criados?! -----

2) **Zonas Industriais:** -----

Temos assistido à expansão e legalização de zonas industriais um pouco por todo o concelho, perguntamos, que medidas tem implementado para atração de investidores e novas indústrias para o concelho?! À parte da descida ridícula da derrama...Quais as perspetivas futuras para novas indústrias, aqui no concelho? -----

3) **Turismo:** -----

Que tem sido feito para a real promoção do turismo no concelho de Ourém em geral e da sua joia em particular? -----

Há algum indicador dos benefícios daí adjacentes, dinamização comercial, emprego, empreendedorismo? Mais uma das prioridades identificadas, mas até hoje nada se tem feito, pouco se tem feito. -----

O marketing digital é praticamente inexistente, a falta de uma plataforma digital de apoio ao turismo no concelho e a falta estratégica nas redes sociais, marca a falta de estratégia de promoção do município. Não falamos apenas de Fátima, mas também de uma Vila Medieval que tem um enorme potencial, que não tem sido promovido, falamos de uma das melhores praias fluviais do país, o Agroal, falamos do Turismo de Aldeia, das tradições, dos moinhos, da Natureza, ou etnográfico...mas também falamos na consolidação dos caminhos de Fátima, da sua promoção. -----

Que medidas estão previstas para a promoção do município e atrair mais visitantes?! -----

4) **Cultura:** -----

Gostaríamos de saber qual o envolvimento do município de Ourém no projeto Rede Cultura 2027, com a possível candidatura de leiria a Capital Europeia da Cultura. Que papel terá o município no desenvolvimento desse evento, qual o retorno esperado para o concelho? Por

outro lado, sugerimos uma descentralização dos eventos culturais, de responsabilidade do município, pelas restantes freguesias, de modo a alcançar uma maior população. Na prática, gostaríamos muito de ter mais cultura, quer para pequenos, quer para grandes, e, mais diversidade cultural, espalhadas por todas as freguesias. -----

É um desafio que deixamos ao executivo. -----

5) **Obras:** -----

Mais uma vez, de promessa em promessa, este executivo foi empurrando com a barriga decisões vitais no investimento sério e urgente, seja nos acessos ao concelho, deixando a estrada da Loureira ou Avenida João XXIII para as portas das eleições, seja nas próprias localidades, onde os arruamentos e passeios estão numa forma lastimável, acentuando-se a degradação nestes invernos mais chuvosos!! -----

Estaremos a preparar o início da campanha eleitoral mais cedo, como aqui já apelidaram de “corta-fitas”? -----

E, suma, numa avaliação destes 2 anos de mandato, mais do que as obras de manutenção realizadas, dos subsídios atribuídos, numa clara manobra de populismo, nota-se uma falta clara de estratégia para um município, onde se insiste no mesmo discurso repetitivo de obras e milhões, mas de uma visão curta, na gestão camarária, dando-lhe continuamente uma medida de há 10 anos para cá, como se se tudo tivesse começado então!” -----

= **PAULO ALEXANDRE CANCELINHA DE SÁ**, em nome do grupo municipal do CDS-PP, expôs o seguinte: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Ourém, -----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ourém, -----

Exmos. Senhores Vereadores, -----

Exmos. Senhores Membros da Assembleia Municipal, -----

Exmos. Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia e demais autarcas, -----

Exmos. Senhores Funcionários, -----

Exmos. Convidados, -----

Exmos. Senhores representantes dos órgãos de comunicação social, -----

A todos aqueles que nos acompanham através da transmissão online desta sessão plenária, ---

Minhas Senhoras, meus Senhores, -----

Volvidos dois anos de governação municipal da Coligação PSD – CDS, apraz-nos a realização desta sessão plenária em jeito de balanço e de análise ao estado atual do município de Ourém. Parece-nos importante debater as tendências e dinâmicas existentes de modo a podermos dar também o nosso contributo. -----

Começo esta intervenção por, em nome do CDS-PP, congratular o executivo municipal pela forma exemplar e coerente do exercício da sua governação na condução dos destinos do município de Ourém. -----

Nenhum concelho consegue crescer e desenvolver-se com uma carga fiscal exagerada, pois acreditamos que a descida de impostos é uma condição fulcral para o crescimento pujante do tecido empresarial local e para que o nosso concelho se continue a afirmar como uma terra de oportunidades. -----

Já na oposição a coligação PSD – CDS defendeu uma descida robusta em matéria de impostos municipais. Agora no exercício de funções, os valores de IMI, Derrama e Partição Variável no IRS aprovados para 2020, representam uma poupança de 3 milhões de euros para famílias e empresas ourensenses. O facto de não ser aplicada a taxa máxima de IMI significa que o Município abdica de um montante de cerca de 2.6 Milhões em prol das famílias. -----

Em relação à Derrama sobre o IRC, foi aprovada, uma diminuição da Taxa geral de 1,1% para 1,05% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC), para as entidades com sede social na área do Município de Ourem e volume de negócios superior a 150 mil euros. Da mesma forma, foi aprovado também a Isenção na taxa para entidades com volume de negócios igual ou inferior a 150 mil euros. A proposta apresentada e aprovada contempla ainda a fixação da Taxa geral de 1,5% para Pessoas Coletivas (IRC), com sede social fora da área do Município de Ourém, embora operem no concelho. -----

A redução e a isenção agora aprovadas, no que toca à Derrama, somam um montante aproximado superior a 460 000 € de desagravamento efetivo para as empresas. -----

Relativamente à Partição Variável no IRS, foi aprovado, por unanimidade, a permanência da taxa atualmente existente sobre os cidadãos em matéria de IRS em 5% para os sujeitos

passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do Município de Ourém, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior. -----

Estas medidas, além de incentivarem e apoiarem a atividade empresarial, certamente que serão um fator de atração para empreendedores e investimento, bem como irão proporcionar uma maior estabilidade do orçamento familiar, contribuindo para o aumento do bem-estar e qualidade de vida dos nossos munícipes sendo este antecedente um fator para a afirmação de Ourém como um concelho verdadeiramente, e cada vez mais um concelho amigo das famílias e das Empresas. -----

Gostaria de distinguir o rigor de disciplina orçamental do atual executivo municipal, pois apesar da diminuição de impostos diretos, comparativamente ao anterior executivo, no mesmo período temporal, o mesmo, aumentou o investimento na ordem dos 30%, sendo este um aspeto a salutar pelo CDS-PP pois prova que a execução orçamental será tanto mais disciplinada, quanto mais rigorosa tiver sido a elaboração das suas projeções. -----

Enalteçamos também as medidas implementadas pelo Município no que a questões de transparência diz respeito, pois são estas medidas, dando a título de exemplo a criação da plataforma “Participa Ourém”, que dão aos munícipes a oportunidade de participar de forma mais ativa na vida do concelho, aproximando os eleitores dos eleitos. -----

A educação é o garante do futuro da sociedade, e o Município assume um papel de responsabilidade na construção da estratégia municipal. -----

É com satisfação que observamos o empenhamento do executivo em suprir lacunas estruturais em alguns complexos escolares, contribuindo desta forma para o melhoramento das condições dos equipamentos escolares, para que os nossos estudantes possam usufruir do seu percurso académico com os recursos necessários às suas necessidades. -----

Parabenizamos também o executivo municipal pela coragem de, pela primeira vez, terem sido acionadas as garantias bancárias que responsabilizam desta forma, os responsáveis pela execução das obras e consequentemente pelas deficiências estruturais supracitadas. -----

Em matéria ambiental gostaríamos também de referir a importância de o executivo camarário ter promovido o lançamento de concursos de obras para a ampliação da rede de saneamento,

de forma a incrementar a taxa de cobertura, uma vez que o concelho de Ourém tem apenas 47% de área coberta com rede de saneamento, um valor muito abaixo da média nacional. -----

Para terminar gostaria de reiterar o desafio lançado à Câmara Municipal, pelo deputado municipal do CDS-PP, Martim Borges de Freitas, na sessão da assembleia municipal de 30 de setembro, de vermos criada uma política municipal integrada e comum às várias pedreiras que existem no concelho, nomeadamente, no que respeita à exploração, à criação de valor, à segurança e à poluição ambiental. -----

Este assunto será sempre um tema recorrente. Seja motivado por questões relativas à segurança de pessoas e bens (o caso da pedreira perto da A1 é paradigmático), seja por questões ambientais, como a poluição sonora e o pó produzido e não tratado. Era importante, repito, que este Executivo, precisamente porque não tem qualquer responsabilidade sobre o que até aqui se passou, dê especial atenção a este assunto. -----

Em virtude desta quadra festiva é tempo também de olhar para a frente, vislumbrar novos horizontes, e abrir o coração para sonhar, em meu nome e em nome do CDS-PP desejo a todos vós e a todos os Oureenses um santo e feliz Natal e um Ano Novo muito próspero!” -----

= **JOSÉ MANUEL PEREIRA ALHO**, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Debater o Estado do nosso Concelho é uma proposta interessante se abordada de forma séria. -----

Não é uma proposta séria quando se trata apenas de mais uma iniciativa de propaganda que tenta fazer crer que o debate democrático existe nos órgãos autárquicos. -----

Não é uma proposta com utilidade como se pode concluir de imediato no tempo e na forma como ele é estruturado nesta sessão. -----

Propor que cada grupo municipal fale do estado do concelho de Ourém em 10 minutos demonstra uma de duas coisas ou má fé propagandística ou uma visão ignorante da profundidade exigida a um tema desta natureza. -----

Esquecer das intervenções nesta Assembleia a voz das freguesias é diminuir a sua representatividade, remetendo essa participação ao universo circunscrito das audições por freguesia iniciadas ainda pelo anterior executivo, em contradição com a própria natureza

constituente deste órgão composto por representantes eleitos diretamente e pelos presidentes das juntas de freguesia. -----

São os pormenores que fazem toda a diferença. -----

Seja interpretado como mais uma iniciativa de propaganda ou como mais uma tentativa de fazer crer que o debate democrático existe nos órgãos autárquicos em Ourém, concluímos sempre que qualquer uma das duas interpretações não nos surpreende face à postura da equipa da atual maioria, de direita PSD/PP e da forma como gerem a responsabilidade de que são depositários e o respeito para com os outros atores da dinâmica do poder local democrático em Ourém nesta primeira metade do mandato. -----

Vivemos um tempo em que se exige cada vez mais o respeito pela inteligência dos cidadãos mesmo que estes sofram do indesejável isolamento por vicissitudes geográficas sociais ou económicas. -----

Na última AM dizia: -----

“Num tempo em se que cumpriu metade deste mandato é fundamental fazer um balanço cuja oportunidade foi remetida para uma reunião extraordinária desta Assembleia Municipal no próximo dia 17 de dezembro e aí teremos oportunidade de fazermos a nossa interpretação do trabalho desenvolvido de modo sério e com visão integrada. Não deixamos, no entanto, de pré-anunciar que a avaliação que fazemos é muito diferente daquela que o executivo camarário e o PSD fizeram há pouco tempo, no melhor do exercício propagandístico a que nos habituaram, consolidando uma forma de interpretação e expressão pouco aderente à realidade constatada pelos oureenses. -----

.....Não vamos, no entanto, antecipar o debate previsto para 17 de dezembro, porque achamos não se justificar...” -----

E terminava dizendo: Na próxima reunião extraordinária desta Assembleia Municipal teremos então em confronto a realidade e a imagem doutra realidade, o que se diz e o que se faz o que se promete e o que se concretiza. -----

Estávamos enganados pois o modelo escolhido tolhe-nos essa pretensão. -----

Estávamos enganados como provavelmente tantos oureenses se sentem hoje ao constatar a diferença entre as promessas e o concretizado -----

Mas entrando no tema que cria a oportunidade desta intervenção o que é proposto deve partir dum diagnóstico da situação, deve apresentar uma visão realista, uma análise crítica e propostas credíveis que respondam às necessidades das populações. -----

Fazer isso em 10 minutos não é tarefa possível por mais genial que seja o rasgo do seu proponente. -----

Fazer isso em 10 minutos não permite que os grupos municipais possam ter vários elementos a intervir como seria desejável. -----

Fazer isso em 10 minutos resulta numa tarefa sofrível dos pontos de vista técnico e político. ----

Fazer isso em 10 minutos é por nós encarado como dever de respeito para com os eleitores que nos elegeram apesar de considerarmos que o que seria mais ajustado era recusar a proposta e estarmos ausentes desta farsa. -----

Contudo temos a noção do que representamos para muitos milhares de eleitores cuja expectativa não queremos defraudar. -----

Mesmo nas circunstâncias mais adversas os ourenses sabem que podem contar connosco, com a nossa dedicação e empenho e a disponibilidade para servir a nossa terra. -----

Assim, com o propósito de dar a mínima dignidade a esta tarefa impossível na forma e no tempo revisito reflexão produzida em síntese dum trabalho e reflexão sérios e profundos que a nossa equipa teve oportunidade de realizar ao longo do tempo com o envolvimento de muitos dos nossos concidadãos -----

A nossa visão do concelho assenta num conjunto de Princípios orientadores de Ação e Objetivos onde começa a grande diferença na perspetiva como nós olhamos para o nosso concelho e para os ourenses -----

IMPERATIVO DE CIDADANIA enquanto ourenses sempre inconformados procuramos através da ação na participação autárquica democrática concretizar a ambição dum concelho com futuro e acolhedor. -----

DEVOLVER A CONFIANÇA AOS CIDADÃOS, agentes de desenvolvimento, empresários, associações e autarcas de Freguesia. -----

APOIAR E VALORIZAR A CAPACIDADE EMPREENDEDORA das gentes deste município sem esquecer o enorme potencial dos nossos emigrantes e de todos aqueles que querem fazer de

Ourém a sua terra de adoção. As próprias equipas autárquicas devem integrar as pessoas que melhor sirvam e não as que melhor se sirvam do município. -----

DIGNIFICAR A IMAGEM DO MUNICIPIO DE OURÉM no contexto regional e nacional e internacional afirmando-o pela positiva, pelo respeito e pela credibilidade dos seus mais altos responsáveis e pela divulgação das potencialidades existentes nesta terra e nas suas gentes, sem esquecer o potencial representado na diáspora. -----

AFIRMAR CONFIANÇA NO FUTURO desafiando todos a participar nas opções de desenvolvimento, pois é fundamental entender que o futuro passa pela capacidade de integrar as potencialidades naturais e as dinâmicas sociais e económicas de forma estratégica, assente na relação com as pessoas e com as instituições, nomeadamente o poder central, tratando de igual forma todos os cidadãos no respeito pelos seus anseios e promovendo um apoio rigoroso, transparente e não discriminatório. -----

Esta é certamente uma abordagem da vida autárquica que nos distingue no pensamento e na ação. -----

Mas estes princípios orientadores de ação levam-nos à afirmação dos seguintes objetivos para nós fundamentais e que continuamos a defender: -----

- 1- Um município de excelência social. -----
- 2- Um município com qualidade de vida. -----
- 3- Um município com afirmação externa. -----
- 4- Um município com potencial empresarial. -----

Na ação do executivo em que o Partido Socialista teve responsabilidade de liderança foi este o caminho, a visão estratégica que tentámos observar condicionados pelo pior espartilho colocado ao poder local das últimas décadas co a ação da troika e a política da direita do PSD/PP que diria Troika plus. -----

Tempos muito difíceis para garantir a gestão corrente e as respostas básicas nas várias frentes de responsabilidade do município. -----

Apesar disso não se perdeu oportunidade para afirmar diferença assim com um novo dinamismo na internacionalização, uma nova metodologia para os instrumentos de gestão territorial(PDM e outros), ação concreta no apoio ao desenvolvimento rural e à defesa da

Floresta e prevenção de incêndios (mosaicos contra incêndios, limpeza de galerias ripícolas) uma abordagem moderna das políticas culturais, novos centros escolares, apoio à rede de instituições de acolhimento de idosos em diversas freguesias, gabinete de apoio ao empreendedorismo, centro comunitário de apoio ao voluntariado, acompanhamento da obra do IC9 na defesa do interesse dos proprietários e cidadãos afetados, instalação do Conselho Municipal de juventude, uma nova dinâmica assente num novo regulamento mais ajustado ao apoio ao associativismo social, cultural, desportivo e aos bombeiros. -----

O inédito duma oficina de artes na antiga escola do Vale da Perra e a experiência pioneira dos mercados eco rurais e a Feira dos Produtos da Terra entre tantas outras obras que nos fizeram acreditar que estávamos a construir um concelho diferente a par com a redução do endividamento da Câmara resolvendo imbróglis como o descalabro financeiro da construção do novo edifício da Câmara e de parcerias público privadas desprovidas de sentido e anunciadas com premissas falsas condicionando decisões e ações para o futuro. -----

Relevante também foi não se perder a oportunidade para planear e garantir financiamento para obras importantes como a Avenida Nuno Alvares Pereira, o novo cine teatro a requalificação do castelo. -----

Os tais 10 minutos a descrever as obras e ações desenvolvidas por nós na Câmara, no Sector empresarial local e nas freguesias onde nos orgulhamos de sobretudo deixarmos uma marca diferente na ação social e na cultura. -----

Quero, contudo, neste tempo curto lembrar que também foi nossa a concretização da requalificação deste edifício onde estamos sediados com pompa e circunstância num exercício que testa o limite da interpretação da sua utilização como edifício para a ação cultural como constava na candidatura submetida e aprovada. -----

Ser agentes de mudança significa arrojo e coragem orientados por um sentido estratégico. -----

Significa atuar de modo a ter na defesa do interesse público o primado da nossa intervenção mesmo que no final o povo que é soberano decida não renovar a confiança num projeto político em que acreditamos. -----

Nesta sessão condicionada na forma e no tempo aproveitamos para questionar o que consideramos prioritário para a ação municipal e que consideramos medidas de referência no enquadramento do que atrás foi referido: -----

Quanto nos custou o imbróglho da rua de Castela? -----

Onde está a Revisão profunda e ajustada do PDM e outros Planos em curso? -----

Onde está a decisão célere de projetos submetidos a licenciamento ou parecer no âmbito da edificação, urbanismo e outros? -----

Qual a intervenção integrada do município para resposta aos caos instalado na zona das pedreiras em torno do Casal Farto, Bairro e Boleiros e que respostas estão a ser dadas às populações afetadas para além de medidas compensatórias que passam enganadoramente ao lado da sua saúde e qualidade de vida? -----

Onde estão estratégia e ação para uma coerente Valorização da Rede Social de Apoio a idosos e cidadãos mais carenciados? -----

Que medidas criou no apoio a crianças e jovens em perigo e suas famílias, medidas vocacionadas para o desenvolvimento pessoal e social e para promover um ambiente seguro e familiar; -----

Que condições promoveu às crianças suas famílias e técnicos da CPCJ de Ourem? -----

Que apoios deu à área da deficiência e da Toxicodependência; -----

Que apoios deu para a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados: Unidades de internamento e Unidades de ambulatório? -----

Que apoio a equipa de Intervenção social CMO dá as famílias? -----

Qual a visão social que vá ao encontro dos imperativos civilizacionais como apoio às vítimas e outros em que já dêmos provas? -----

Onde estão as novas ideias para o turismo que não sejam meras passeatas para o estrangeiro? -----

O que foi feito em concreto para dignificar Fátima e a sua imagem quer local quer nos planos nacional e internacional? -----

O que foi feito da salvadora taxa turística? -----

O que foi feito em concreto para dignificar a cidade de Ourém e a sua imagem? -----

Que medidas foram tomadas para reverter a extinção do comércio tradicional no Centro da cidade de Ourém? -----

Onde estão as obras do novo terminal rodoviário, as obras de requalificação do atual terminal e da Rua Sá Carneiro nesta cidade? -----

Que medidas de modernização administrativa estão em curso para aproximar os serviços da Câmara dos Cidadãos? -----

Que medidas de apoio para o desenvolvimento rural e prevenção dos incêndios? -----

Que aconteceu aos famosos passadiços do Agroal e à necessidade de medidas de proteção à nascente cársica perante os riscos associados à poluição, nomeadamente a decorrente do parque de estacionamento a funcionar diretamente por cima desse local numa espécie de parceria publico privada informal? -----

Qual a visão estratégica para um desenvolvimento equilibrado e coeso do concelho para que se possa garantir um tratamento idêntico entre o Norte e o Sul do concelho tratando de forma digna todas as freguesias e as suas populações? -----

Perante os dados estatísticos que nos colocam em grave regressão demográfica, sobretudo no escalão da população ativa, algumas de muitas outras questões: -----

Qual o resultado prático alcançado nos tão propalados anúncios da criação de 3000 novos empregos? -----

Que medidas eficazes estão a ser tomadas para além dos incipientes cheque-bébé para reverter esta situação delicada? -----

Que protagonismo na apresentação de proposta de medidas neste domínio tem tido o executivo no âmbito do Médio Tejo? -----

Por último uma questão também muito séria: -----

Quais os custos diretos e indiretos da equipa de comunicação do município? -----

Que avaliação faz o executivo do resultado desse investimento na criação de uma imagem artificial de equipa eficiente, empreendedora e coesa? -----

Qual o valor acrescentado desse investimento para o concelho de Ourém e para a sua população? -----

Uma proposta: atribuir o nome do cineasta ourensense Fernando Lopes ao cine-teatro Municipal requalificado. -----

Muito Obrigado pela Vossa Atenção e Boas Festas e Feliz Ano Novo para Todos pois acho que terminando aqui o nosso tempo não vamos ter oportunidade para esse registo de fraternidade e Boa Educação. -----

Obrigado” -----

= **ORLANDO SÉRGIO PALMEIRO CALADO CAVACO**, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Exma. Mesa -----

Exma. Câmara, -----

Colegas, -----

Imprensa, -----

Minhas Senhoras e meus Senhores. -----

Ourenses aqui na sala e nas suas casas -----

Depois do balanço feito pela Câmara Municipal, compete-nos a nós fazer uma avaliação mais de natureza política sobre estes dois anos. -----

Hoje o relacionamento institucional e político entre o Presidente e os Vereadores da oposição nada têm a ver com o verificado no passado. -----

Mas nem sempre foi assim... durante 8 anos não houve disponibilidade para conceder as mínimas condições físicas nem tecnológicas para o trabalho político dos Vereadores da oposição, apesar dos inúmeros pedidos ao executivo para esse efeito. No passado havia uma estratégia concertada e propositada, a todos os níveis censurável, de omissão aos convites endereçados aos Vereadores não executivos para os afastar da vida pública e política. -----

O próprio órgão Câmara Municipal foi diversas vezes atropelado, pois muitas informações e notícias sobre o Município chegavam, em primeiro lugar, aos jornais locais e regionais, bem demonstrativo da tremenda falta de respeito para com os restantes eleitos. -----

Nesse tempo, a oposição era alvo de expressões impróprias, mesmo ofensivas e de índole pessoal, que o então Presidente da Câmara Municipal dirigia aos vereadores da oposição, designadamente e cito: “xico espertismo”, “mentirosos e enganadores”, “desonestos”, “falta de seriedade”, “utilizam truques”, “terroristas, irresponsáveis e suicidas verbais”. -----

Desde as primeiras eleições livres realizadas em 1976, nunca se tinha visto em Ourém uma tamanha falta de respeito democrático, político e pessoal de um Presidente de Câmara para com outros colegas do mesmo órgão autárquico. É caso para perguntar: e hoje? Os Senhores Vereadores do PS também sentem isto? -----

Felizmente, para a democracia e para Ourém, tudo isto acabou! -----

Um dos casos mais graves e complexos que este Executivo teve que enfrentar nestes dois anos foi a grave situação em que se encontrava a empresa municipal OurémViva. -----

Hoje, este processo encontra-se praticamente resolvido, mas convém avivar a memória e recordar a incompreensível passividade a que a empresa esteve sujeita até outubro de 2017. --

A forma como este problema foi encarado e resolvido contrasta, acentuadamente, com o que assistimos no passado, onde a inércia, e por outras vezes a pressa como eram tratados alguns assuntos, dominavam a gestão municipal. -----

Veja-se a trapalhada em redor da construção do Canil e Gatil municipal, que mereceu notícia de primeira página no Notícias de Ourém, em janeiro de 2015, dizendo que as obras arrancariam em 3 a 4 meses. Cinco anos depois, onde está o novo Canil? -----

Hoje o Município de Ourém é credível junto da comunidade e tem um bom relacionamento com todas as instituições. Por exemplo, hoje as relações institucionais com o Santuário de Fátima estão normalizadas, mas em anos anteriores chegaram a ser preocupantes, e sem perspetiva de normalização institucional. -----

Mas debater o estado do concelho é também analisar o estado da oposição. O PS é, hoje, um partido que ainda não sabe bem o que lhe aconteceu em 2017. Sabe que algo aconteceu, sabe que não foi bom, mas ainda não percebeu que o resultado eleitoral foi o reflexo das trapalhadas que protagonizou e do marasmo em que deixou a nossa terra. -----

A estratégia política que o PS escolheu é essencialmente esta: amnésia para as grandes questões e a defesa de dois concelhos. -----

Amnésia porque sabe que deixou por resolver problemas gravíssimos e continua a fugir deles, como o Diabo foge da cruz. Exemplos: OurémViva, TejoAmbiente, investimento nas escolas, informática, natalidade, apoio às IPSS's, PDM, etc. -----

Mas onde as grandes diferenças se podem destacar é nas opções de desenvolvimento para o norte do concelho. O Executivo defende, e bem, mais investimento em projetos capazes de atrair pessoas e empregos. Já o PS, pelo contrário, critica os investimentos orientados para aquela zona, veja-se os casos do Mercado do Peixe e da zona industrial, ambos na Freixianda. A vossa posição de não estarem a favor dos investimentos na zona norte iria simplesmente provocar o esquecimento e a desertificação de toda aquela zona. -----

Ora, isso não podemos aceitar! -----

Recusamos abandonar milhares de pessoas à sua sorte e sem futuro! -----

Recusamos dividir o concelho entre um norte pouco desenvolvido, sem gente e sem esperança, e um sul, povoado e desenvolvido! -----

O Município tem a obrigação de proteger e olhar para todo o concelho, que só pode ser sustentado por um desenvolvimento equilibrado. Nunca foi tão claro distinguir as opções de cada um para o desenvolvimento e coesão do nosso concelho. -----

Hoje as prioridades deste executivo estão bem definidas e estamos a começar a ver os seus resultados. Longe vão os tempos em que a prioridade era a chamada “internacionalização”. Nada temos contra as viagens, mas muitas delas pouco ou nenhum benefício visível trouxeram. -----

Ainda está por apurar - e seria interessante fazê-lo - o retorno de tantas viagens feitas pelo mundo, com enormes despesas realizadas, à custa dos cofres da Câmara, ao contrário do que era afirmado. -----

Outra grande diferença que está à vista e ouvido de todos diz respeito à Assembleia Municipal. Saúdo a Mesa e o seu responsável, Eng. João Moura, pelo bom trabalho que tem desempenhado nestes dois anos. -----

Temos hoje uma Assembleia participativa e próxima das pessoas, que não se fica apenas por esta sala. Chega aqui e também a todo o mundo! -----

Por outro lado, a Assembleia tem sido um espaço de aproximação aos jovens, que andam tão afastados da política e que urge chamá-los a participarem nos destinos da sua terra. -----

Exma. Mesa, -----

Exma. Câmara, -----

Os Ourenses sabem que há ainda muito por fazer, muitas expectativas por cumprir, mas estamos plenamente convencidos que este é o caminho certo e no final sairemos todos vencedores.” -----

----- Findo este período de intervenções, tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL teceu as seguintes considerações: -----

- Decisão célere de projetos. Sublinhou que, presentemente, não existe no município nenhum processo de âmbito empresarial para ser apreciado, estando todos apreciados e aprovados. Mais disse, os projetos de âmbito privado/particular também se encontram dentro dos prazos legalmente previstos. -----

- Ambiente. Referiu que o Município decidiu aderir a uma entidade intermunicipal para que seja possível ter mais investimento na área do saneamento pois, conforme disse, é um défice existente no concelho do conhecimento de todos. -----

- Modernização administrativa. Referiu que foi feito um investimento de quatrocentos mil euros em software e hardware no âmbito desta modernização, poupando-se cerca de sessenta mil fotocópias mensais, o que entende ser um progresso. -----

- Assimetrias entre norte e sul do concelho. Conforme disse, as assimetrias existem e vão continuar a ser uma realidade, referindo que é com investimento no norte do concelho que se poderá combater esta tendência, nomeadamente, na zona industrial de Freixianda. -----

- Avenida Francisco Sá Carneiro. Informou de que já foi aprovado o anteprojecto que prevê uma ecovia que fará a ligação ao parque da cidade. -----

02.13 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----

----- O senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, verificando a presença de público na sala, informou de que poderiam intervir, bastando, para o efeito, proceder à respetiva inscrição, não se registando qualquer pedido de intervenção. -----

----- Concluída a ordem de trabalhos desta sessão ordinária, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL deu esta por encerrada, pelas vinte e três horas e quarenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de aprovada, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, pelo Primeiro Secretário e pelo Segundo Secretário AMO. -----

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O PRIMEIRO SECRETÁRIO

----- O SEGUNDO SECRETÁRIO